

OUTUBRO 2021

# EM BUSCA DA TRANSPARENCIA :

Desvendando o  
Setor Extrativo  
Brasileiro

Um estudo de caso  
de pesquisa-ação  
sobre a mina de  
minério de ferro  
Minas-Rio



# Em Busca da Transparência: Desvendando o Setor Extrativo Brasileiro

Um estudo de caso de pesquisa-ação sobre a mina de minério de ferro Minas Rio

Outubro 2021<sup>1</sup>

Os setores extrativos (petróleo, gás e mineração) são controversos e problemáticos por muitas razões. Para tratar de décadas de falta de transparência no setor, empresas extrativas incorporadas e/ou publicamente listadas no Canadá, na União Europeia, na Noruega e no Reino Unido são obrigadas por lei a desagregar e publicar seus pagamentos aos governos anualmente para cada país de operação<sup>2</sup>. Em 55 países, embora não no Brasil atualmente, no âmbito da Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas (EITI), empresas extrativas e governos divulgam seus respectivos pagamentos e receitas, juntamente com um amplo conjunto de informações sobre a governança do setor<sup>3</sup>. A Publish What You Pay, que durante anos fez campanha para alcançar essas medidas de transparência e responsabilidade, reconhece que muito mais precisa ser feito para tornar a governança de petróleo, gás e minerais verdadeiramente aberta, responsável, sustentável, justa e responsiva a todas as pessoas.



© 2021, Mrs Arno Peters.  
Mapa fornecido por Oxford  
Cartographers  
[www.oxfordcartographers.com](http://www.oxfordcartographers.com) e  
adaptado com permissão. Mapa  
por Zoludesign / IBASE.

Este estudo de caso relata uma parceria na forma de pesquisa-ação entre o [IBASE \(Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas\)](http://www.ibase.org.br), membro da coalizão latino-americana afiliada à Publish What You Pay RLIE<sup>4</sup> e a [Publish What You Pay do Reino Unido](http://www.publishwhatyoupay.org)<sup>5</sup>. Relatamos o uso de dados obrigatórios de pagamentos para governos como ponto de partida para investigar o setor extrativo brasileiro e promover transparência, participação pública e responsabilidade..

- 1 Este relatório de estudo de caso é o último de uma série de três estudos nacionais da indústria extrativa Publique o Que Você Paga. Os dois anteriores foram no [Cazaquistão](http://www.publishwhatyoupay.org) (Nov. 2020) e [Nigéria](http://www.publishwhatyoupay.org) (Mar. 2021). Favor citar esse estudo como IBASE, PWYP UK e PWYP International Secretary, Em Busca da Transparência: Desvendando o Setor Extrativo Brasileiro. Um estudo de caso de pesquisa-ação sobre a mina de minério de ferro Minas-Rio, 2021.
- 2 Uma lei semelhante dos Estados Unidos, de 2010, ainda aguarda implementação, assim como uma lei suíça de 2020.
- 3 <https://eiti.org/>
- 4 RLIE (Rede Latinoamericana sobre as Indústrias Extrativas): <http://redextractivas.org/>
- 5 "A pesquisa-ação ... busca a mudança transformadora por meio do processo simultâneo de ação e pesquisa, ... ligados entre si pela reflexão crítica": [https://en.wikipedia.org/wiki/Action\\_research](https://en.wikipedia.org/wiki/Action_research)

# ÍNDICE

<b>Sumário executivo</b>	<b>5</b>
<b>Objetivos e abordagem do projeto</b>	<b>10</b>
<b>Atividades e desfechos</b>	<b>12</b>
<b>Achados e resultados do projeto</b>	<b>19</b>
<b>Conclusões e recomendações</b>	<b>41</b>
<b>Posfácio</b>	<b>47</b>
<b>Agradecimentos</b>	<b>49</b>

## Quadro 1. CONTEXTO NACIONAL DO BRASIL<sup>6</sup>

O Brasil, a maior economia da América Latina, produziu mais de 1 bilhão de barris de petróleo em 2019 e detém a 15ª maior reserva comprovada de petróleo do mundo.

Sexto maior no setor de mineração do mundo, o país tem produção e exportação de cerca de 80 commodities minerais e importantes reservas de bauxita, minério de ferro, nióbio, níquel e ouro. O país é o segundo maior produtor mundial de minério de ferro, com 17% da produção global e cinco das 11 maiores minas de minério de ferro do mundo, na maior parte sob o controle da antiga empresa estatal e agora totalmente privatizada, Vale. Os recursos minerais, incluindo óleo e gás, respondem por 2% do PIB brasileiro e uma fração significativa das exportações. O Brasil por vezes “obteve lucros inesperados com os preços elevados das commodities e com a crescente demanda mundial por seus recursos naturais”; mas “os desafios regulatórios e os escândalos de corrupção contaminam a economia há décadas”, embora tenham sido “mascarados pelo boom das commodities”. “O risco externo para a economia... resulta do baixo preço das commodities, principalmente petróleo e minério de ferro” – OCDE.

Movimentos sociais brasileiros<sup>7</sup> organizados por populações locais prejudicadas pela mineração e organizações da sociedade civil, há anos criticam os impactos negativos da mineração e o descumprimento das promessas do governo de destinar parte da receita oriunda das riquezas minerais à mitigação desses impactos. Apesar de muito se discutir como a mineração pode ser lucrativa para as empresas, pouco se faz para compensar os municípios produtores pelos problemas decorrentes da atividade mineradora e desenvolver alternativas econômicas abrangentes em antecipação ao esgotamento dos recursos minerais limitados.

Posse e uso de recursos naturais: “As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais... constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União... A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o caput deste artigo somente poderão ser efetuados... no interesse nacional,” – Constituição Federal, art. 176.

Situação da Iniciativa para a Transparência da Indústria Extrativa (Extractive Industries Transparency Initiative, EITI): Ainda não implementada.

**Índice de governança de recursos do NRG1:** Pontuação (petróleo e gás) 71/100. Posição 6/89 países.

Perfil do país no NRG1 nesse [link](#).

**Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional :** Pontuação 35/100 Posição 106/198 países. Posição 6/89 países.

População:

**211.05 milhões**

PIB real per capita:

**US \$8.717,2**

Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD:

Pontuação

**0,761/1,000**

Posição

**79/189** países.



6 Fontes: Reuters, Jan. 2020; Deloitte; OECD; MiningTechnology, 2014; Invest in Brazil, Governo do Brasil; C. Trocarte e T. Coelho, “Um grande retrato das mineradoras brasileiras”, Mar. 2020, e “Quando vier o silêncio: o problema mineral Brasileiro”, Expressão Popular e Fundação Rosa Luxemburgo, 2020; Natural Resource Governance Institute (NRGI), 2017; Transparency International; Banco Mundial, dados sobre o Brasil dados sobre PIB per capita no Brasil, 2019; UNDE, 2018.

7 Movimentos sociais e ONGs matêm colaboração próxima entre si no Brasil e são considerados setores distintos da sociedade civil.

# SUMÁRIO EXECUTIVO

**Entre 2019 e 2020, o IBASE e a PWYP UK realizaram uma pesquisa-ação sobre transparência conjunta, participação pública e ativismo no setor extrativo do Brasil. Concentramos nosso foco em um único projeto de mineração: a mina de minério de ferro a céu aberto Minas-Rio da Anglo American, no município de Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais, e suas instalações de rejeitos. A Minas-Rio é a nona maior mina de minério de ferro do mundo, com cerca de 1,28 bilhão de toneladas de recursos e vida útil prevista de 48 anos.**

Quando selecionamos a Minas-Rio para o estudo, aplicamos cinco critérios: (a) pagamentos subnacionais significativos para o governo relatados pela empresa; (b) projeto(s) claramente identificável(is) e/ou entidades governamentais subnacionais associadas a pagamentos relatados; (c) local da mina acessível a partir do escritório do IBASE no Rio de Janeiro; (d) empresa operacional no âmbito do principal mandato da PWYP UK (incorporação do Reino Unido e/ou listada na Bolsa de Valores de Londres/LSE) e acessível a diálogo e pedidos de informação; (e) importância intrínseca da(s) mina(s) de uma perspectiva da sociedade civil. O estudo de caso combina análise fiscal com discussão da qualidade da gestão financeira federal e subnacional, questões de responsabilidade pública e impactos da mina

sobre o ambiente local e os meios de vida das comunidades locais, o acesso à água potável, a saúde física e psicossocial, e outras consequências sociais, incluindo gênero, etnia e demais dimensões dos direitos humanos. Incluímos uma contribuição da Responsible Mining Foundation (Fundação de Mineração Responsável, ou RMF na sigla em inglês), que resume a pesquisa documental baseada em evidências sobre a Minas-Rio usando a Mine Site Assessment Tool (Ferramenta de Avaliação do Local da Mina) da RMF. O posfácio descreve a flexibilização das regras de licenciamento ambiental no Brasil em maio de 2021 e reflete sobre questões de contabilidade de capital natural, dívida ecológica e direito das comunidades de dizer não à extração.

Nossas descobertas e recomendações destacam os principais desafios que envolvem a governança da mina e como elas podem e devem ser abordadas, tanto para a Minas-Rio como mais amplamente em todo o setor extrativo do Brasil. O relatório e suas recomendações destinam-se a uma ampla audiência: oficiais do governo federal, estadual e municipal, funcionários(as) de empresas extrativas, organizações internacionais e sociedade civil brasileira, regional e internacional. government officials, extractive company officials, international organisations, and Brazilian, regional and international civil society.

## Principais descobertas<sup>8</sup>

- ✦ A transparência quanto ao fluxo fiscal do setor extrativo do Brasil é extremamente limitada, embora a publicação on-line de receitas de royalties de mineração seja útil e mostre que o governo pode melhorar..
- ✦ Os royalties para mineração são uma fonte importante de renda municipal, mas as entidades governamentais ignoram a exigência legal de divulgação da sua alocação..
- ✦ A taxa percentual legalmente exigida para pagamento de royalties de mineração pela Agência Nacional de Mineração aos municípios produtores é constantemente disputada e alterada, mas há evidências de que o município de Conceição do Mato Dentro recebe uma proporção menor do que o exigido por lei
- ✦ O preço pago por Conceição do Mato Dentro pela operação da mina Minas-Rio pode superar os benefícios trazidos pela exploração do minério. E a distribuição de ganhos e prejuízos parece favorecer a área urbana em relação às comunidades rurais e afetar desproporcionalmente as famílias de baixa renda e a população negra, com impactos especialmente negativos sobre os recursos hídricos locais e o cultivo de alimentos.
- ✦ Os governos regionais no Brasil, inclusive do Estado de Minas Gerais e do município de Conceição do Mato Dentro, estão mal equipados para regular e administrar mineração em grande escala, com funcionários públicos estaduais e municipais que parecem discordar dos benefícios e custos.
- ✦ Nossa pesquisa indica que o envolvimento da Anglo American com a sociedade civil local e as comunidades precisa melhorar, embora a empresa tenha fornecido para esse estudo alguns detalhes sobre seus esforços para se engajar.
- ✦ As avaliações de impacto ambiental da Anglo American, os esforços de diversificação econômica, o diálogo comunitário e os planos de reassentamento parecem inadequados na perspectiva das comunidades afetadas, que enfrentam problemas de fornecimento de água, com a poluição do ar, a deterioração dos meios de subsistência, além de perdas econômicas e os problemas de saúde física e psicossocial..
- ✦ O rompimento de barragens de rejeitos é um grande medo entre as pessoas que vivem a jusante da Minas-Rio, especialmente considerando o histórico brasileiro com esse tipo de acidente e, mais do que nunca, a expansão planejada da capacidade de resíduos minerais da mina de 40 milhões para 370 milhões de metros cúbicos.
- ✦ Os críticos do projeto suspeitam que a empresa queira tornar o caro projeto Minas-Rio mais viável financeiramente, uma visão que a empresa refuta.

## Principais recomendações

**(para conhecer as recomendações na íntegra, consulte a página 37)**

### Ao Governo Federal brasileiro

- ✦ Participar e implementar a Iniciativa para a Transparência da Indústrias Extrativas (EITI) com um grupo de várias partes interessadas, formado por representantes de governos, indústrias e sociedade civil, para melhorar a governança dos recursos naturais e a prestação de contas aos(às) cidadãos(ãs), desenvolver confiança e reputação e reduzir a corrupção e a má gestão.

<sup>8</sup> Evidências que apoiam as questões levantadas nesse sumário estão incluídas no texto principal a seguir e em suas notas de pé de página e referências. Os comentários da Anglo American sobre várias dessas descobertas são referenciados.

- ✦ Tornar os dados da indústria extrativa acessíveis aos cidadãos, incluindo a divulgação de impostos pagos desagregados em nível de empresa e o texto integral de todos os contratos, licenças, concessões e outros acordos legais do setor extrativo que regem a exploração de petróleo, gás e minerais. other legal agreements governing the exploitation of oil, gas and minerals.
  - ✦ Chegar a um acordo justo e duradouro com os municípios sobre taxas sustentáveis de royalties de mineração; assegurar que Conceição do Mato Dentro e outros municípios mineiros recebam sua porcentagem legalmente exigida; publicar taxas de porcentagem atuais de pagamento de royalties de mineração aos municípios em tempo real; e fazer pagamentos retroativos aos municípios no caso de valores incorretos pagos anteriormente.
  - ✦ Estabelecer e aplicar mecanismos nos níveis federal, estadual e municipal para atender plenamente ao requisito de transparência pública da lei nº 13.540 sobre o uso de receitas de royalties de mineração.
  - ✦ Garantir que os estados e municípios afetados pela mineração disponham de recursos suficientes para prestar serviços públicos adequados e assegurar diversificação econômica com total responsabilidade pública; reforçar a capacidade técnica dos estados e municípios para gerir os fluxos financeiros, o desenvolvimento de infraestruturas, e os impactos e as necessidades sociais e ambientais, assegurando que as empresas extrativas assumam a principal responsabilidade pela gestão dos impactos.
  - ✦ Proteger os direitos dos(as) cidadãos(ãs) às liberdades fundamentais de expressão e reunião, incluindo aqueles que se opõem a projetos de mineração.
  - ✦ Exigir que as empresas que propõem novos projetos de mineração realizem avaliações de impacto nos direitos humanos, incluindo todos aqueles internacionalmente reconhecidos como ponto de referência; exigir que os operadores dos atuais projetos de mineração realizem e publiquem relatórios de impacto dos direitos humanos com uma nova avaliação de três em três anos; garantir que as empresas publiquem e implementem planos de gerenciamento de direitos humanos para resolver problemas identificados.
  - ✦ Envolver-se de forma construtiva nas negociações da Organização das Nações Unidas (ONU) para um tratado internacional vinculativo amplo e forte sobre as empresas e os direitos humanos.
- Ao governo do Estado de Minas Gerais**
- ✦ Estabelecer um mecanismo para atender plenamente ao requisito de transparência pública da lei nº 13.540 sobre o uso de receitas de royalties da CFEM.
  - ✦ Desenvolver capacidade institucional para regular e monitorar as operações de mineração e apoiar os municípios na gestão dos impactos relacionados à mineração.
- Ao município de Conceição do Mato Dentro**
- ✦ Publicar, ao menos uma vez por ano, um relatório aos(às) cidadãos(ãs) sobre o uso de receitas de royalties de mineração para atender plenamente ao requisito de transparência pública da lei nº 13.540.
  - ✦ Orientar um grupo municipal formado por várias partes interessadas para abordar governança em mineração, gestão fiscal, e questões ambientais, sociais e de direitos humanos, com base nas experiências das Filipinas, do Peru e de outros modelos de EITI subnacionais, a fim de incluir a tomada de decisão conjunta sobre a alocação de receitas de royalties da CFEM e o monitoramento de gastos.

- ✦ Exigir recursos suficientes do governo federal com o objetivo de fornecer serviços públicos adequados para diversificação econômica com total responsabilidade pública e ampliação da capacidade técnica para gestão de fluxos financeiros, desenvolvimento de infraestrutura, e impactos e necessidades sociais e ambientais, insistindo que as empresas extrativas tenham a responsabilidade principal no gerenciamento de impactos.
- ✦ Implementar medidas indenizatórias eficazes para as comunidades rurais, de baixa renda e de população negra, afetadas pela mineração e para grupos desfavorecidos dentro dessas comunidades.
- ✦ Incentivar o governo brasileiro a participar e implementar a Iniciativa para a Transparência da Indústrias Extrativas (EITI), para ampliar o diálogo com a sociedade civil e melhorar a governança em todo o setor.
- ✦ Analisar a iniciativa de diversificação econômica local do Programa Crescer à luz das conclusões do presente relatório e garantir que seus benefícios sejam ampliados significativamente.
- ✦ Responder construtivamente às exigências das comunidades a jusante em relação ao reassentamento fora de áreas de risco devido ao perigo de ruptura das barragens de rejeitos.
- ✦ Rever a gestão de rejeitos e as comunicações da Minas-Rio com as comunidades em risco à luz das conclusões do presente relatório e assegurar que todas as medidas possíveis sejam tomadas para atender e, quando possível, exceder o Padrão Global da Indústria para a Gestão de Rejeitos de 2020 e os padrões mais elevados das Diretrizes para Gestão Responsável de Rejeitos de Minas da sociedade civil de 2020.

### À Anglo American

- ✦ Realizar uma avaliação abrangente do impacto nos direitos humanos, incluindo todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos como ponto de referência, da Minas-Rio e de seus resíduos e mineroduto; publicar (inclusive em português) e implementar um plano de gestão dos direitos humanos para abordar as questões identificadas; repetir o exercício a cada três anos.
- ✦ Procurar o consentimento livre, prévio e informado (Free, Prior and Informed Consent, FPIC) das comunidades afetadas, sejam elas indígenas ou não, em cada estágio das operações de mineração, inclusive antes da decisão inicial de realizar a extração em qualquer local e antes da expansão de uma mina ou barragem de rejeitos.
- ✦ Implementar medidas indenizatórias abrangentes para comunidades rurais, de baixa renda e de populações negras afetadas pela mineração.
- ✦ Corrigir quaisquer lacunas de implementação dos mecanismos de denúncia no nível operacional da empresa, para garantir que as condições para indivíduos e comunidades afetados atendam plenamente na prática os critérios dos Princípios Orientadores da ONU.
- ✦ Publicar e consultar os municípios e comunidades afetados sobre um plano de fechamento da Minas-Rio, a reabilitação do ambiente danificado e a indenização total das pessoas afetadas pelos danos causados durante a vida do projeto.

## À sociedade civil do município de Conceição do Mato Dentro, de Minas Gerais e de todo o Brasil

- ✦ Defender as recomendações acima mencionadas, incluindo:
  - Adesão e implementação da Iniciativa para a Transparência da Indústrias Extrativas (EITI) pelo Brasil.
  - Divulgação pública de impostos, contratos e licenças extrativas do Brasil.
  - Transparência no uso de receitas de royalties de mineração.
  - Renda suficiente para os municípios mineiros fornecerem serviços públicos adequados e para diversificação econômica local.
  - Avaliações públicas do impacto sobre os direitos humanos de projetos de mineração atuais e futuros.
  - Busca pela Anglo American de um acordo satisfatório com as comunidades afetadas sobre os planos de reassentamento, instalações de rejeitos da Minas-Rio de acordo com o novo Padrão Global da Indústria e com as Diretrizes para Gestão Responsável de Rejeitos de Minas da sociedade civil, e de uma solução para o problema das áreas de risco para as pessoas afetadas.
- ✦ Conscientizar o público sobre a EITI e seu uso como mecanismo para exigir maior responsabilidade do governo e da empresa na mineração no Brasil.

✦ Investigar as evidências e os argumentos que a carta de janeiro de 2021 da Anglo American ao IBASE e à PWYP UK oferece sobre a Minas-Rio e seus impactos, e relatar as descobertas.

✦ Documentar impactos econômicos, sociais, ambientais e nos direitos humanos, diretos e indiretos, da Minas-Rio<sup>9</sup> e de outros projetos de mineração, com foco em impactos diferenciais em mulheres/meninas, homens/meninos, jovens e negros, e comunicar as descobertas aos gerentes da Minas-Rio para melhorar o debate com a empresa.

✦ Apoiar o direito das comunidades atualmente e potencialmente afetadas de dizer não à mineração.

## Às instituições financeiras e multilaterais internacionais e doadores institucionais

- ✦ Procurar e financiar mais iniciativas de transparência, participação e responsabilização da sociedade civil destinadas a assegurar resultados mais equitativos e sustentáveis nos países e localidades subnacionais produtores obtidos na extração de recursos naturais não renováveis.
- ✦ Incentivar o governo federal brasileiro a implementar a EITI em nível federal e potencialmente regional em Minas Gerais.
- ✦ Aumentar o apoio à capacitação de organizações da sociedade civil que trabalham na prestação de contas do setor extrativo.

9 Os comentários da Anglo American ao relatório preliminar estão disponíveis neste [link](#).

# OBJETIVOS E ABORDAGEM DO PROJETO

**Este projeto teve como objetivo usar as divulgações de pagamentos obrigatórios das empresas extrativas como ponto de entrada para análise, discussão e conscientização da sociedade civil, promover a participação pública e fazer com que entidades governamentais e representantes de empresas selecionadas prestem contas de sua gestão dos recursos naturais não renováveis, incluindo pagamentos e receitas resultantes. Nós nos concentramos nas operações de minério de ferro da Minas-Rio, de propriedade da Anglo American, no Estado de Minas Gerais, Brasil, a nona maior mina de minério de ferro do mundo.**

**Procuramos também gerar um exemplo útil de trabalho de transparência, participação e responsabilização no setor de extração de recursos, promovendo o progresso em direção a uma gestão mais justa e sustentável dos recursos naturais para os(as) cidadãos(ãs) e as comunidades afetadas.**

Alcançar resultados justos e sustentáveis quando os recursos naturais não renováveis de um país são extraídos envolve enfrentar uma série de desafios de governança, ambientais e direitos humanos<sup>10</sup>. Em 2019, o IBASE e a

✦ A história do IBASE está intimamente ligada à democratização do Brasil. O IBASE trabalha para promover direitos, cidadania, democracia, sustentabilidade socioambiental e um setor extrativo

que atenda melhor às necessidades de todos(as). Seu objetivo é estimular o debate público, informar e envolver os(as) cidadãos(ãs) na exigência de maior transparência e responsabilidade por parte das entidades governamentais e das empresas de mineração.

✦ A PWYP UK, uma coalizão de 30 organizações da sociedade civil do Reino Unido, está trabalhando para usar relatórios de pagamentos para governos por empresas de petróleo, gás e mineração, assim como a divulgação de receitas por governos, há muito defendidos pela sociedade civil, para melhorar os resultados públicos na abordagem da “maldição dos recursos<sup>11</sup>” nos países do hemisfério sul e de transição; para demonstrar que a transparência pode fazer a diferença; e para colaborar efetivamente com as coalizões e membros internacionais da PWYP.

Nosso objetivo foi pesquisar os resultados socioeconômicos de um projeto de mineração selecionado no Brasil, documentar evidências, aumentar a conscientização pública e conversar com as partes interessadas. Dependendo do projeto selecionado, a meta seria avaliar os fluxos fiscais e, quando possível, comparar os dados de pagamentos para governos pela empresa extrativa relatados publicamente com as receitas do governo; acompanhar o

dinheiro em termos de alocações e gastos do governo subnacional; avaliar a qualidade da governança fiscal; documentar os impactos sociais, econômicos, ambientais e de gênero da extração em vidas e meios de subsistência em nível subnacional; e estabelecer relações com o governo local e funcionários da empresa, a sociedade civil e as comunidades afetadas para entender suas perspectivas e explorar o terreno comum para defesa e/ou mudança. O IBASE e a PWYP UK também procuraram esclarecer até que ponto os contratos extrativos e as condições fiscais são divulgados no Brasil.

### Consultor de pesquisa

O IBASE contratou um consultor independente, o Dr. Tazio Peters Coelho, para realizar pesquisas, análises, entrevistas com partes interessadas locais, uma visita de campo à área da mina e, com os membros da equipe do IBASE, consultas com movimentos sociais locais, uma organização não governamental (ONG) e moradores(as) de Conceição do Mato Dentro. Tazio Coelho é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, e conselheiro do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)<sup>12</sup>. Ele contribuiu com um relatório da sociedade civil de 2018 sobre a mina Minas-Rio, elaborado por vários autores, que serviu como base para algumas partes deste estudo de caso<sup>13</sup>.

### Solicitação de comentários

Para ajudar a garantir a precisão do estudo de caso, e para promover o diálogo informado, enviamos uma primeira versão deste relatório ao Ministério Público do Estado de Minas

Gerais, aos funcionários do município de Conceição do Mato Dentro, à indústria (Anglo American) e aos representantes da sociedade civil antes da publicação para análise. Todos os comentários recebidos foram levados em consideração na revisão do relatório para publicação<sup>14</sup>.

### Custos, benefícios e equidade intergeracional

Os parceiros do projeto reconhecem a complexidade de uma análise abrangente de custo-benefício da extração de petróleo, gás e/ou minerais sólidos. Como um estudo da UN University afirma: “A receita do setor extrativo não é renda, mas uma troca de ativos: recursos abaixo do solo por dinheiro acima do solo... O processo de reorganização tem custos – ambientais... e muitas vezes também sociais... Para que a extração valha a pena... seu valor a longo prazo deve exceder esses custos.”<sup>15</sup>

Petróleo, gás e minerais sólidos são riqueza herdada; a extração é a sua venda. Os impostos, royalties, etc. relacionados à extração são receitas públicas em troca da venda de riqueza mineral não renovável. Embora as necessidades e o direito ao desenvolvimento das gerações presentes e das comunidades afetadas pela extração sejam importantes, as gerações presentes também devem considerar o direito das gerações futuras de se beneficiarem da herança compartilhada de um país. O uso convencional do termo “receita(s)” tende a desconsiderar as questões de equidade intergeracional e, por isso, o presente relatório geralmente evita o seu uso<sup>16</sup>.

12 “O MAM é um movimento popular que defende os usos e apropriação dos recursos naturais do país. Ele trabalha ao lado daqueles auto-organizados como pessoas afetadas pela mineração e se envolve em discussões sobre o crescimento e o ritmo da extração de mineração, onde a mineração pode e não pode acontecer e a soberania popular na mineração”.

13 A.F. Moreira Santos, B. Milanez e outros, [Estudo preliminar: transformações socioambientais e violações de direitos humanos no contexto do empreendimento Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim](#), co-publicado por um consórcio de pesquisa, organizações da sociedade civil e Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Out. 2018,

14 Os comentários da Anglo American sobre o projeto estão disponíveis [neste link](#).

15 G. Lahn e P. Stevens, capítulo 5 em T. Addison and A. Roe (eds), [Extractive industries](#), UNU-WIDER, Oxford University Press, 2018, p. 108.

16 Sobre herança compartilhada, equidade intergeracional e o termo “revenues (s)”, ver R. Basu e S. Pegg, [“Minerals are a shared inheritance: accounting for the resource curse”](#), *The Extractive Industries and Society*, 7, 4, Nov. 2020, pp. 1369-76; também em [https://mpr.ub.uni-muenchen.de/102270/1/MPRA\\_paper\\_102270.pdf](https://mpr.ub.uni-muenchen.de/102270/1/MPRA_paper_102270.pdf)

# ATIVIDADES E DESFECHOS

## Escopo e seleção do estudo de caso

Através da plataforma Resource Projects do NRGI, identificamos 51 empresas extrativas reportando pagamentos para o governo brasileiro, feitos sob as leis do Canadá, da União Europeia (UE), da Noruega e do Reino Unido de 2015 a 2018. São grandes empresas privadas incorporadas e/ou empresas com ações negociadas publicamente em mercados regulamentados nessas jurisdições<sup>17</sup>.

Para atender às prioridades do IBASE, restringimos o escopo a empresas de extração de minerais sólidos, excluindo petróleo e gás. Para selecionar um projeto de mineração para o estudo, aplicamos cinco critérios: (a) pagamentos subnacionais significativos para o governo relatados pela empresa; (b) projeto(s) claramente identificável(is) e/ou entidades governamentais subnacionais associadas a pagamentos relatados; (c) local da mina razoavelmente acessível a partir do escritório do IBASE no Rio de Janeiro; (d) empresa operacional no âmbito do principal mandato da PWYP UK (incorporação do Reino Unido e/ou Bolsa de Valores de Londres/lista LSE) e acessível a diálogo e pedidos de informação; (e) importância intrínseca da(s) mina(s) de uma

perspectiva da sociedade civil do país. Para facilitar a comparação de dados, verificamos as empresas listadas no banco de dados público da Agência Nacional de Mineração (ANM) de pagamentos de royalties de mineração, que pode ser pesquisado por empresa, recurso mineral, estado e município. Os pagamentos de royalties são conhecidos no Brasil como Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)<sup>18</sup>. Identificamos no banco de dados da ANM duas empresas de mineração que reportam ao Reino Unido e que também reportam pagamentos feitos no Brasil de acordo com a lei do Reino Unido: Anglo American e Serabi Gold (entre outras operações de mineração que reportam ao Reino Unido e divulgam pagamentos feitos no Brasil, a joint venture Samarco Mineração, formada pela BHP Billiton e pela Vale, é identificada no banco de dados da ANM, embora a própria BHP não seja)<sup>19</sup>.

Focamos este estudo no projeto de minério de ferro da Anglo American, a Minas-Rio, com base nos critérios de seleção acima. A Minas-Rio é a quinta maior mina de minério de ferro do Brasil e preocupa a sociedade civil brasileira por causa da sua grande produção e pegada física, incluindo o armazenamento de rejeitos em expansão (resíduos de minas), sua tubulação de minério de ferro de 525 km até a costa, e sua história de acidentes e riscos relacionados aos

<sup>17</sup> Nossa pesquisa pode ser replicada em <https://www.resourceprojects.org/entities?tab=0&countries=Brazil>

<sup>18</sup> [Agência Nacional de Mineração \(ANM\). Maiores arrecadadores CFEM.](#)

<sup>19</sup> Sobre o desastre da barragem de rejeitos da Samarco em 2015 visite [Business & Human Rights Resource Centre.](#)

direitos humanos (ver Quadro 2)<sup>20</sup>. A 600 km ao norte do Rio de Janeiro, a mina está ao alcance do IBASE para pesquisa de campo e consultas de partes interessadas locais. A proprietária-operadora Anglo American é uma empresa com

incorporação e sede no Reino Unido e listada publicamente na Bolsa de Valores de Londres. Divulga pagamentos significativos relacionados à Minas-Rio de acordo com os regulamentos de transparência do Reino Unido.

## Quadro 2. Minas-RIO E SEU MINERODUTO<sup>21</sup>



Localização da mina Minas-Rio e mineroduto. Mapa por Zoludesign / IBASE.

### A mina

A mina Minas-Rio da Anglo American e a infraestrutura associada compreendem a quinta e a nona maior operação de minério de ferro do Brasil e do mundo, respectivamente, com cerca de 1,28 bilhão de toneladas de recursos e vida útil prevista de 48 anos. Entre 2007 e 2008, quando a Anglo American adquiriu o projeto, foi relatado que a Minas-Rio era a mina de minério de ferro mais cara do planeta. Após inúmeros atrasos, a produção começou em 2014, com as primeiras exportações de minério de ferro já no mesmo ano. A mina produziu 16,8 milhões de toneladas de minério em 2017 e tem capacidade anual máxima de projeto de 26,5 milhões de toneladas, com expansão em etapas planejada para 56 milhões de toneladas por ano. Em 2019, a empresa recebeu uma licença para expandir o armazenamento de barragem de rejeitos de resíduos de minas suspensos na água.

A maior parte da produção a céu aberto da Minas-Rio está localizada no município de Conceição do Mato Dentro (população de 120.000 habitantes), no Estado de Minas Gerais, sudeste do Brasil<sup>22</sup>.

21 Fontes: <https://www.britannica.com/place/Minas-Gerais>; *MiningTechnology*, 2014; *Anglo American*, e *Anglo American – relatório anual*, pp. 62, 65, e outras publicações online da empresa; *Mining.com*, Jan. 2013; *NS Energy; PA Automation*; *Hoje em Dia*, "Dom Joaquim em pé de guerra com a Anglo American" Jun. 2013; *R7.com*, Mar. 2018 "Mineroduto da Anglo American se rompe pela segunda vez em Minas"; *Mining.com*, Dez. 2018; REAJA e GESTA/UFMG, *Atingidos pelo projeto Minas-Rio: comunidades a jusante da barragem de rejeitos, boletim informativo 11*, Out. 2018; *LMN*, Jul. 2017.

22 Conceição do Mato Dentro também é o nome da microrregião que inclui os municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas, Dom Joaquim e Serro.

A localização é de aproximadamente 160 km a nordeste da capital do estado, Belo Horizonte. Uma pequena parte da mina, assim como a planta de processamento mineral e parte dos rejeitos, estão localizadas no município adjacente de Alvorada de Minas. A Anglo American é proprietária da Minas-Rio (possui 100% dela) e a opera através da sua subsidiária Anglo American Ore de Ferro Brasil SA.

A barragem de rejeitos para a Minas-Rio “usa um projeto de construção a jusante e... uma estrutura de barragem de dique, construída usando material compactado de preenchimento de terra importado... colocado em camadas controladas... como um tipo de represa que retém a água” (Anglo American). A barragem de rejeitos se estende de Conceição do Mato Dentro a Alvorada de Minas. As comunidades rurais localizadas a jusante da represa em Alvorada de Minas e em outro município vizinho, Dom Joaquim, seriam diretamente afetadas em caso de ruptura da barragem de rejeitos.

### **O mineroduto<sup>23</sup>**

O mineroduto de 525 km da Minas-Rio leva a polpa de minério de ferro (sólidos suspensos em água) da planta de processamento da mina para uma instalação de exportação no porto costal de Açú, de onde o minério é enviado para a China. O mineroduto era parte do projeto original da mina, iniciado pelo Grupo EBX, com sede no Brasil, de propriedade do magnata Eike Batista (atualmente na prisão por seu papel no escândalo de corrupção revelado na Operação Lava Jato). Maior mineroduto do mundo, atravessa 32 municípios dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. A construção do mineroduto causou conflito com os municípios afetados e com pequenos proprietários, com a demarcação de uma faixa de isolamento de 20 metros ao redor da tubulação, onde ficaram proibidas construções ou agricultura. Os(as) impactados(as) alegam que essa faixa foi imposta sem as indenizações adequadas.

A tubulação usa um sistema de bombas e válvulas para aumentar ou diminuir a velocidade do fluxo de minério, levando quatro dias para chegar ao seu destino a 6 km por hora. A água que transporta o mineral é retirada de um rio no município de Dom Joaquim, nas proximidades da mina, o que reduziu o abastecimento de água aos moradores locais. A corrosão do tubo causou dois grandes derramamentos em março de 2018, que descarregaram quase 950 toneladas de polpa de minério de ferro em riachos e bacias hidrográficas próximos. Os danos ambientais foram considerados irreparáveis e resultaram em uma multa de US\$ 50 milhões aplicada pelo governo à empresa, mais perda de produção de 280 dias e queda de 80% na produção anual na mina. A produção foi retomada em dezembro de 2018, após a substituição de 4 km de mineroduto.

A Anglo American relata que a mina “opera em ambiente sócio-político desafiador, e foi observado um aumento de queixas de cunho social” após os incidentes relacionados ao mineroduto em 2018, e que ela tem sido alvo de denúncias, incluindo “obstruir a eficácia da proteção dos defensores dos direitos humanos, atos de intimidação por parte dos membros da comunidade, e preocupações em relação aos impactos ambientais”.

<sup>23</sup> Fontes: A.L.F. Dias e L.F. de Oliveira (editores), *Violência de mercado e de Estado no contexto da mineração Minas-Rio Conceição do Mato Dentro 2015-2017*, UFMG, 2018; *Grandes Construções*, <https://www.grandesconstrucoes.com.br/Materias/Exibir/grandiosidade-sob-suspeita> (“Gradiosidade sob suspeita: vazamento e paralisação de operações impõem novos desafios operacionais para o duto de mineração da Anglo American, orgulho da engenharia brasileira”), Jul. 2018.

## Análise Fiscal

Utilizamos os dados de pagamentos para governos da Anglo American, publicados de acordo com os regulamentos de transparência do Reino Unido e dados de domínio público no Brasil, para analisar os fluxos fiscais entre a empresa e seu principal município anfitrião, Conceição do Mato Dentro. A única fonte oficial atual de dados públicos do Brasil sobre receitas do governo provenientes da mineração é o banco de dados da Agência Nacional de

Mineração (ANM) de pagamentos de royalties da CFEM (ver Quadro 3). Como discutimos abaixo, os pagamentos da CFEM, que a ANM desagrega por empresa, recurso mineral e município, são um fluxo financeiro significativo, mas muito menores do que os pagamentos



*A mina Minas-Rio em funcionamento com floresta primária em primeiro plano. Foto de Alexandre Guzanshe/IBASE.*

de impostos da empresa de mineração, que o governo brasileiro atualmente não desagrega. A seção abaixo, Descobertas e resultados do projeto, traz detalhes sobre nossa análise de dados e outros resultados do estudo de caso.

### Quadro 3. FONTES DE DADOS E INFORMAÇÕES

Pagamentos para governos do setor extrativo, receitas do governo e dados relacionados usados neste relatório são provenientes principalmente de quatro fontes:

A plataforma on-line para pesquisas do NRG [Resource Projects](#) reúne, exibe em HTML e republica em formato CSV aberto e legível por máquina dados de pagamentos para governos de empresas extrativas, conforme declarados pelas leis do Canadá, da União Europeia, da Noruega e do Reino Unido. [Resource Projects](#) incorpora diretamente os dados de pagamento das empresas, quando disponíveis, através de uma interface de programação de aplicações (API) (por exemplo, no Reino Unido, a partir do site [Extractive Company](#)). O site extrai ou incorpora outros dados de arquivos PDF, Excel e HTML da empresa e do governo. A página [Resource Projects](#) também fornece links para fontes originais (e de backup, quando aplicável) de dados de pagamentos da empresa.

- o A Agência Nacional de Mineração (ANM) publica um banco de dados nacional de pagamentos de royalties de mineração, conhecido como CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). O banco de dados dos maiores arrecadadores da CFEM está disponível nesse [link](#). A busca pode ser feita por empresa, recurso mineral, estado e município.

- o O [Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público](#) (conhecido como Siconfi), fornece estatísticas contábeis, financeiras e fiscais sobre os 5.570 municípios do Brasil, os 26 estados, o Distrito Federal (Brasília) e a União.
- o O Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (conhecido como Siconfi), fornece estatísticas contábeis, financeiras e fiscais sobre os 5.570 municípios do Brasil, os 26 estados, o Distrito Federal (Brasília) e a União.
- o A Anglo American, proprietária e operadora da mina Minas-Rio, publica seus pagamentos para governos e outros relatórios nesse [link](#).

As fontes de pesquisa utilizadas também incluem outras publicações e sites do governo, da indústria e da sociedade civil brasileiros, além de relatórios de mídia on-line.

As notas de rodapé fornecem links para relatórios e dados relevantes.

Neste relatório, o uso de “US\$” representa dólares americanos. “R\$” se refere ao Real brasileiro.

#### Quadro 4. INICIATIVA PARA A TRANSPARÊNCIA DAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS (EITI)<sup>24</sup>



A EITI é um padrão global para a gestão aberta e responsável de petróleo, gás e recursos minerais, orientado pela crença de que os recursos naturais de um país pertencem aos(as) seus(as) cidadãos(ãs). O padrão EITI exige que os governos participantes e as empresas extrativas que operam em seu território divulguem informações ao longo da cadeia de valor, desde o ponto de extração até como os pagamentos da empresa chegam aos cofres do governo e como as receitas beneficiam o público. A EITI procura fortalecer a governança pública e corporativa, promover a compreensão da gestão dos recursos naturais e fornecer os dados para promover mais transparência, participação pública e responsabilidade no setor extrativo. Em cada um dos [55 países de execução](#), a EITI é apoiada por uma coalizão entre governo, empresas e sociedade civil.

Os países aderem voluntariamente à EITI para melhorar a governança dos recursos naturais e a prestação de contas aos(as) cidadãos(ãs), desenvolver confiança e reputação, reduzir a corrupção e mobilizar recursos internos para o desenvolvimento sustentável. Em cada país de implementação, um grupo formado por governo, indústria e sociedade civil, supervisiona os relatórios públicos anuais das empresas extrativas sobre pagamentos a entidades governamentais no país de implementação, como impostos e royalties, e o correspondente relatório de receitas extrativas pelo governo, incluindo pagamentos e receitas em nível de projeto e subnacional. Os dois conjuntos de dados geralmente exigem a reconciliação de diferenças. É essencial para o modelo de governança da EITI a participação plena, independente, ativa e efetiva dos representantes do governo, da indústria e da sociedade civil no MSG.

<sup>24</sup> [A EITI implanta o padrão global para promover o gerenciamento aberto e responsável de recursos extrativos.](#)

O padrão EITI também exige a publicação anual de informações-chave sobre o setor extrativo do país: regimes legais e fiscais; contratos, licenças e sua concessão e atribuição; proprietários beneficiários de empresas de exploração e licitação; participação estatal no setor; exploração, níveis de produção e exportações; pagamentos de transporte; distribuição e alocação de receitas governamentais; emprego (com desagregação por gênero); gastos sociais e ambientais das empresas; e [impactos ambientais da extração](#).

Mais de US\$ 2,7 trilhões em pagamentos de empresas extrativas e receitas governamentais foram divulgados nos relatórios da EITI dos países e 95% dos dados da EITI estão [disponíveis publicamente em formato de dados abertos](#). Os governos, a indústria e a sociedade civil utilizam os dados e relatórios da EITI para promover o debate público, informar sobre reformas jurídicas e fiscais, fortalecer a arrecadação de impostos, acompanhar as alocações financeiras para as comunidades, criar modelos financeiros, monitorar contratos, esclarecer o ambiente de investimento, informar as classificações de crédito e investidores, e identificar riscos de corrupção e má gestão. Para a sociedade civil, o principal objetivo da EITI é tornar os governos e as empresas extrativas mais responsáveis.

[Onze países da América Latina e do Caribe se uniram e estão implementando o padrão EITI](#): Argentina, Colômbia, República Dominicana, Equador, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Peru, Suriname e Trinidad e Tobago. Os representantes da sociedade civil nesses países trocam experiências com regularidade, debatem formas de tornar o setor extrativo na região mais transparente e trabalham em conjunto para trazer preocupações relevantes da região para o Conselho Internacional da EITI, tais como os elevados níveis de corrupção governamental, a implementação da EITI em nível subnacional e a mineração artesanal.

Sessenta e oito empresas de petróleo e gás, mineradoras e metalúrgicas (incluindo a Anglo American), comerciantes de commodities e instituições financeiras [apoiam a EITI](#).

## Pesquisa e consultas

### Impacto em pesquisas e reuniões locais

O consultor de projetos, que está familiarizado com a mina Minas-Rio e a área circundante, se baseou em pesquisas existentes para documentar vários impactos-chave da mineração na economia local e no bem-estar público, inclusive nos meios de vida agrícolas. Ele realizou entrevistas semiestruturadas com funcionários(as) da prefeitura, representantes de movimentos sociais e sociedade civil, e moradores(as) locais. Com representantes do IBASE, ele realizou duas reuniões de consulta e troca de informações com grupos de partes interessadas em Conceição do Mato Dentro<sup>25</sup>.

Foram realizadas entrevistas individuais entre outubro e dezembro de 2019 com funcionários(as) mais antigos de Conceição do Mato Dentro<sup>26</sup>; representantes locais do Movimento pela Soberania Popular na IMineração (MAM) e da Rede de Articulação e Justiça dos Atingidos pelo Projeto Minas-Rio (REAJA)<sup>27</sup>; e residentes de comunidades locais afetadas pela mina e pela barragem de rejeitos. As reuniões foram realizadas em fevereiro de 2020 com o consultor de projetos, o IBASE e dois funcionários da prefeitura de Conceição do Mato Dentro e outro membro da equipe. O consultor e o IBASE também se reuniram no mesmo mês em um centro comunitário com

25 O IBASE também está publicando um relatório complementar a essa publicação: C. Grzybowski, O empreendimento extrativista Minas-Rio da Anglo American, citado acima.

26 Entrevistas realizadas na Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro em Outubro de 2019.

27 [Reaja, Brasil.Mudanças já!](#)

representantes do MAM, da REAJA e do Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB)<sup>28</sup>.

### **Perspectiva da sociedade civil internacional**

A PWYP UK solicitou e recebeu uma perspectiva sobre a mina da London Mining Network (Rede de Mineração de Londres, LMN), que publicou um resumo sobre a Minas-Rio<sup>29</sup>.

### **Solicitação de esclarecimento para a Anglo American**

A PWYP UK e o IBASE escreveram para a Anglo American em novembro de 2019 com perguntas relacionadas aos relatórios sobre pagamentos do Reino Unido para os governos relativos à Minas-Rio e ao estado de Minas Gerais e municípios<sup>30</sup>. Perguntamos:

- ✦ Por que a empresa declarou que não foram realizados pagamentos aos municípios de Conceição do Mato Dentro ou Alvorada de Minas (este último inclui parte dos rejeitos) em alguns anos, mas declarou esses pagamentos em outros anos.
- ✦ Por que a empresa relata pagamentos a outros municípios do estado de Minas Gerais (Dom Joaquim, Sabinópolis, Serro)? Eles se relacionam à extração de água para mineração, transporte por tubulações e outras atividades ligadas à Minas-Rio ou a projetos inteiramente diferentes.
- ✦ Se a empresa poderia separar ou discriminar as entidades governamentais beneficiárias listadas como "Outros" e "Todos os governos municipais" na sua declaração de pagamentos de 2015-2016 (conforme a resolução de 2019

do órgão regulador financeiro do Reino Unido de que "as partes interessadas devem ser capazes de avaliar a entidade governamental exata para a qual foi feito um pagamento"<sup>31</sup>?. Queríamos confirmar quais pagamentos eram relativos à Minas-Rio, caso houvesse algum.

- ✦ Se os pagamentos que a empresa declarou ter feito ao estado de Minas Gerais ou aos seus municípios são provenientes de outros projetos (não do Minas Rio).

Esperamos que nossas perguntas possam levar a um compromisso construtivo com a empresa em relação a uma gama de questões decorrentes do nosso estudo.

### **Observações sobre direitos humanos**

Durante a elaboração conjunta do relatório de estudo de caso com uma síntese das nossas descobertas, o IBASE forneceu um breve comentário adicional refletindo sobre diversas preocupações com direitos humanos relacionadas à Minas-Rio.

### **Avaliação do local da mina pela Responsible Mining Foundation**

Durante este estudo, aceitamos uma oferta da Responsible Mining Foundation (RMF), uma instituição não governamental independente<sup>32</sup>, para auxiliar os membros e as coalizões da PWYP em pesquisas sobre projetos de mineração específicos. A nosso pedido, a RMF aplicou sua recentemente revisada ferramenta Mine Site Assessment à Minas-Rio<sup>33</sup>.

As descobertas e os resultados das diversas ramificações das nossas investigações estão descritos nas próximas páginas.

28 Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens

29 LMN, Jul. 2017, <https://londonminingnetwork.org/2017/07/briefing-on-anglo-americans-minas-rio-iron-ore-mine-in-brazil/>

30 A carta enviada em novembro corrigiu pequenos erros que constavam de uma versão anterior

31 [UK Financial Conduct Authority, Feb. 2019](#), Fev. 2019.

32 [Responsible Mining Foundation](#)

33 [RME, 2020](#).

# DESCOBERTAS E RESULTADOS DO PROJETO

## Fluxos fiscais e gerenciamento financeiro

### Pagamentos relacionados à Minas-Rio para o governo

A Anglo American informou, de acordo com os regulamentos de transparência do Reino Unido para o setor extrativo, seus pagamentos para o governo específicos por projeto e relacionados diretamente à Minas-Rio entre

2015 e 2018, totalizando US\$ 79,9 milhões, e seus pagamentos específicos a entidades governamentais para o estado de Minas Gerais e seus municípios, incluindo Conceição do Mato Dentro entre 2015 e 2018, totalizando US\$ 30,1 milhões<sup>34</sup>.

### Pagamentos provenientes do projeto Minas-Rio reportados pela Anglo American, entre 2015 e 2018 (US\$)

Ano	Impostos	Royalties	Taxas	Pagamentos para melhorias de infraestrutura	Total
2015	\$0	\$0	\$0	\$16,800,000	\$16,800,000
2016	\$5,125,100	\$12,327,500	\$2,247,860	\$5,581,200	\$25,281,660
2017	\$0	\$26,162,000	\$656,000	\$2,107,000	\$28,925,000
2018	\$0	\$7,626,000	\$879,000	\$396,000	\$8,901,000
<b>Total</b>	<b>\$5,125,100</b>	<b>\$46,115,500</b>	<b>\$3,782,860</b>	<b>\$24,884,200</b>	<b>\$79,907,660</b>

### A Anglo American reportou pagamentos ao estado de Minas Gerais e seus municípios, 2015-18 (US\$)

Ano	Governo do estado de Minas Gerais	Município de Conceição do Mato Dentro	Outros municípios de Minas Gerais	Total
2015	\$3,540,000	\$12,400,000	\$4,458,000	\$20,398,000
2016	\$6,894,680	\$0	\$0	\$6,894,680
2017	\$30,000	\$2,342,000	\$0	\$2,372,000
2018	\$0	\$396,000	\$0	\$396,000
<b>Total</b>	<b>\$10,464,680</b>	<b>\$15,138,000</b>	<b>\$4,458,000</b>	<b>\$30,060,680</b>

Os dados da empresa acima fornecem contexto para a discussão a seguir.

<sup>34</sup> Os dados sobre o Brasil da Anglo American em [Resource Project](#) estão distribuídos por projeto e entidade governamental. Conforme descrito acima, pedimos à companhia para esclarecer alguns aspectos dos pagamentos municipais e suas variações, mas recebemos apenas respostas pontuais até a publicação desse relatório (discutidas a seguir).

### Impostos e royalties minerários da CFEM

Conforme observado anteriormente, o Brasil não publica a receita proveniente de impostos sobre rendimentos corporativos discriminados por setor. Mas, conforme a política de dados abertos do Governo Federal<sup>35</sup>, a ANM publica dados de royalties minerários mining tax receipts is evident roanuais discriminados (CFEM). O tamanho relativamente pequeno dos royalties minerários da CFEM em comparação

com a receita proveniente dos impostos sobre mineração é comprovado pelos dados publicados conforme as leis de transparência do setor extrativo europeu e. Todos os tipos de pagamentos declarados por mineradoras a entidades governamentais brasileiras totalizaram mais de USD\$ 1,3 bilhão nos anos de 2015 a 2018, com impostos de USD\$ 1,14 bilhão quase dez vezes maiores que os royalties.

### Total de pagamentos das mineradoras a entidades governamentais brasileiras, de 2015 a 2018, conforme as leis de transparência europeias e canadenses (US \$)<sup>36</sup>

Pagamentos de bônus	\$408,872
Taxas	\$29,239,064
Pagamentos para melhorias de infraestrutura	\$35,852,283
Royalties	\$142,455,645
Impostos	\$1,136,546,189
<b>Total</b>	<b>\$1,344,502,053</b>

Embora os impostos ocupem claramente a maior fatia do total de pagamentos, há uma ressalva. Diferenças na interpretação dos termos “royalty” e “imposto” são comuns entre as empresas do setor extrativo e entre empresas e governos. Para alguns pagamentos de empresas declarados como tendo sido realizados no Brasil, [Resource Projects](#) observa que determinados pagamentos de “royalties da CFEM” foram incluídos como “impostos”. Alguns pagamentos incluídos como impostos<sup>37</sup> na tabela acima são, portanto, quase certamente pagamentos de royalties da CFEM. Isso torna problemática a validação cruzada de pagamentos de royalties declarados por empresas com os dados das receitas da CFEM do governo brasileiro.

Tomando um ano como exemplo, a Anglo American declara que o total de royalties pagos à ANM do Brasil em 2018 foi de USD\$ 11,17 milhões, enquanto a ANM declara que o valor dos royalties da CFEM recebidos da Anglo American foi de R\$ 32.431.333, que equivalem a cerca de USD\$ 6 milhões segundo a taxa de câmbio vigente em meados de 2018<sup>38</sup>. Não buscamos investigar esse desvio nem fazer uma comparação mais sistemática entre as declarações de pagamento de royalties da Anglo American e os dados da CFEM. Embora um valor significativamente menor do que o imposto de renda corporativo, a CFEM ainda é uma importante fonte de receitas de mineração para o governo no Brasil. A Anglo American relata os seguintes totais por tipo de pagamento feito no Brasil entre 2015 e 2018.

35 Criado pelo Decreto 8.777 de 2016, <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:rede.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2016:1001086701>

36 Dados de relatórios de companhias mineradoras do Canadá, Noruega, Reino Unido e União Europeia do Resource Projects organizados por tipo de pagamento.

37 Nesse [link](#) estão os pagamentos a entidades e projetos feitos por Itafos, Jaguar Mining e Yamana Gold

38 [Agência Nacional de Mineração/Sistema de Arrecadação](#)

**Total de pagamentos relatados pela Anglo American a entidades governamentais brasileiras, entre 2015 e 2018 (US\$)<sup>39</sup>**

Taxas	\$6,424,841	Pago em nível federal, estadual e municipal
Pagamentos para melhorias de infraestrutura	\$29,142,200	Pago em nível municipal
Royalties	\$43,908,200	Pago principalmente em nível federal, mas também estadual <sup>40</sup>
Impostos	\$164,314,300	Pago em nível federal e estadual
<b>Total</b>	<b>\$243,789,541</b>	

Os royalties da CFEM, que representam ≈18% (≈ USD\$ 43,9 milhões vs \$243,8 milhões) do total de pagamentos feitos ao Brasil declarados pela Anglo American ao longo de quatro anos, são de interesse especial em nível subnacional. Um total de 90% dos pagamentos da CFEM, uma vez pagos em nível federal, são realocados para os estados e municípios. Segundo o quadro regulatório brasileiro, os pagamentos da CFEM à ANM são atualmente distribuídos da seguinte forma: 60% vão para os municípios produtores de recursos minerais onde cada mina está localizada, 15% vão para os estados e 15% vão para municípios que não produzem, mas que são afetados pela atividade mineradora; os restantes 10% são retidos em nível federal<sup>41</sup>.

Em dezembro de 2017, a principal regulamentação minerária do Brasil – o Decreto-Lei n.º 227 de 1967 – foi modificada pela lei n.º 13.540, que alterou a base para cálculo e alocação dos recursos da CFEM<sup>42</sup>. A CFEM baseava-se anteriormente no faturamento líquido das empresas após descontos de

impostos sobre despesas de marketing, transporte e seguro. Em 2018, a CFEM passou a ser calculada como um percentual do faturamento bruto da produção (acredita-se que atualmente seja de 3,5%) menos os impostos sobre vendas. Ainda segundo a nova legislação, o percentual da CFEM gerada localmente recebido pelos municípios produtores de recursos minerais foi reduzido de 65% para 60%. No caso do Minas Rio, os dois municípios produtores, Conceição do Mato Dentro (maior parte da mina) e Alvorada de Minas (pequena parte da mina), recebem, cada um, 60% da CFEM proveniente da produção gerada em seus respectivos territórios.

Compreendemos que o município de Dom Joaquim – situado abaixo da barragem de rejeitos (conforme será discutido a seguir) e em risco de ser atingido em caso de rompimento da barragem – não recebe uma parcela da CFEM porque a ANM não o reconhece como município afetado pela mina.

<sup>39</sup> Os dados sobre o Brasil da Anglo American em [Resource Project](#) distribuídos por entidade recebedora no país (Brasil) e tipo de pagamento. A Anglo American, diferente de outras companhias mineradoras, não inclui pagamentos de bonus no Brasil durante o período.

<sup>40</sup> O relatório da companhia sobre um pagamento de royalty em particular como tendo sido feito em nível estadual, devido à estrutura regulatória, pode ser um erro de coleta ou da relatoria

<sup>41</sup> [Senado Federal, Lei No. 13.540.](#)

<sup>42</sup> [Senado Federal, Lei No. 13.540.](#)

Há pouca transparência quanto ao percentual exato do faturamento bruto da produção menos os impostos sobre vendas que constitui a taxa de royalties da CFEM – que acreditamos ser de 3,5%, conforme mencionado anteriormente. Acredita-se que a taxa da CFEM seja disputada com frequência entre o Governo Federal, os estados e os municípios; ela não está publicada atualmente em nenhum lugar que possamos localizar para confirmar a informação.

As taxas de mineração no Brasil são consideradas pelos críticos como “muito mais baixas do que deveriam ser”<sup>43</sup>. O valor da CFEM também é baixo em comparação com os royalties de mineração em muitos países e até 2017 foi distribuído de forma muito

desigual entre entidades governamentais que suportam os impactos da extração do minério, do processamento e do transporte. A sociedade civil brasileira exigiu que os valores de royalties de minério de ferro fossem de 6%. Especialistas em direito de mineração também ressaltam a falta de uma abordagem coesa em toda a federação para a extração de minerais no Brasil, com a responsabilidade sendo compartilhada entre os governos federal, estadual e municipal, tal qual em outras áreas políticas, como saúde e meio ambiente. A CFEM, destinada a pagar os municípios pela exploração de seus minerais, não compensa de fato todos os problemas ambientais e de infraestrutura causados, especialmente em municípios menores.<sup>44</sup>



Município de Conceição do Mato Dentro.  
Foto de Alexandre Guzanshe/IBASE.

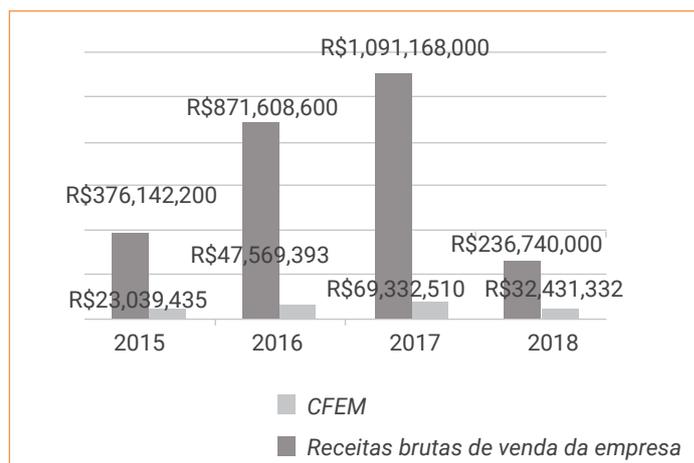
43 A. Cardoso e J. Vieira, “Sete pontos para entender a MP dos royalties da mineração e o que está em jogo”, Inesc, 2017, <https://www.inesc.org.br/en/sete-pontos-para-entender-a-mp-dos-royalties-da-mineracao-e-o-que-esta-em-jogo/>

44 A. Cardoso e J. Vieira, “Sete pontos para entender a MP dos royalties da mineração e o que está em jogo”, Inesc, 2017, <https://www.inesc.org.br/en/sete-pontos-para-entender-a-mp-dos-royalties-da-mineracao-e-o-que-esta-em-jogo/>

### Evidência de subatribuição da CFEM pelo governo

A mina Minas-Rio foi planejada durante os anos do superciclo das commodities, nos anos 2000, quando o preço do mercado internacional de minério de ferro ultrapassou US\$ 188 por tonelada. Os preços médios caíram para US\$ 57/tonelada em 2014, quando a mina começou a produção, e para US\$ 41/tonelada em 2015. Os preços então se recuperaram, atingindo US\$ 70/tonelada em 2018 e US\$ 169/tonelada em março de 2021. Os custos de produção da Minas-Rio eram inicialmente de US\$ 60/tonelada, mas estabilizaram-se em US\$ 30/tonelada em 2017, uma vez que a empresa recuperou os seus custos iniciais e aumentou a produção.<sup>45</sup>

Utilizamos dados de produção da Anglo American para a Minas-Rio e preços médios de mercado para calcular as receitas brutas anuais de vendas da empresa provenientes da mina. O gráfico a seguir compara essas receitas brutas da empresa com o total da CFEM relatado pelo governo no banco de dados da ANM como recebido para atividades de mineração no município de Conceição do Mato Dentro. Como a Minas-Rio é a única mina localizada em Conceição do Mato Dentro e o único projeto da empresa em Minas Gerais (conforme confirmado pela Anglo American), sabemos que todas as receitas da CFEM relacionadas a Conceição do Mato Dentro são provenientes de pagamentos da Anglo American para essa mina.



*Receitas brutas de vendas da empresa provenientes da mina Minas-Rio e receitas da CFEM do governo relacionadas, de 2015 a 2018 (R\$)<sup>46</sup>*

Como observamos acima, o município de Conceição do Mato Dentro, local da maior parte da produção da Minas-Rio, foi qualificado para receber 65% da CFEM que a Anglo American pagou pela produção extraída em seu território de 2015 a 2017, valor reduzido para 60% a partir de 2018. Uma comparação entre (i) total de receitas da CFEM coletadas e relatadas pela ANM para Conceição do Mato Dentro e (ii) receitas da CFEM divulgadas como recebidas pelo município no site Siconfi do setor público indica que a ANM liberou menos do que a cota legal de Conceição do Mato Dentro durante os anos de 2015 a 2017.

<sup>45</sup> [Anglo American, relatório anual, 2015-19.](#)

<sup>46</sup> Recibos de vendas da Anglo American, relatórios anuais, 2015-19; Dados CFEM retirados da ANM, filtrado por município. R\$1 = aprox. US \$0.2 (meados de 2020).

**% da participação de Conceição do Mato Dentro (CMD) no total de receitas da CFEM do governo brasileiro para a mina Minas-Rio da Anglo American, entre 2015 e 2017 (R\$ e US\$)<sup>47</sup>**

Ano	Total de receitas federais de CFEM da ANM para CMD	Participação de CMD na CFEM recebida da ANM federal	% de participação de CMD na CFEM total	
	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>		
2015	R\$ 23,039,435	R\$ 13,847,286	60.1%	
2016	R\$ 47,569,394	R\$ 28,954,225	60.8%	
2017	R\$ 69,332,510	R\$ 41,399,698	59.7%	
	<b>US \$</b>	<b>US \$</b>		
2015	\$7,027,028	\$4,223,422	60.1%	
2016	\$13,723,770	\$8,353,294	60.9%	
2017	\$21,728,809	\$12,974,665	59.7%	
<b>Total</b>	<b>\$42,479,607</b>	<b>\$25,551,382</b>	<b>60.1%</b>	<b>3-year average</b>
Perda do município CMD (65% – 60,1%)				4.9%
Perda do município CMD US\$				\$2,081,501

Os dados indicam que as alocações pela ANM de receitas da CFEM da Minas-Rio para Conceição do Mato Dentro entre 2015 e 2017 ficaram abaixo dos 65% exigidos a cada ano, com déficit de US\$ 2,1 milhões ao longo dos três anos.

**CFEM como contribuição para o orçamento municipal**

A CFEM representa um elemento significativo, apesar de variável, do orçamento de um

município de mineração, como Conceição do Mato Dentro. Os recebimentos da CFEM do município cresceram em termos absolutos e relativos com o aumento da produção da Minas-Rio, atingindo mais de 40% da receita municipal em 2017 e quase metade em 2018, como resultado da grande diminuição da produção após o incidente de vazamento da tubulação (ver Quadro 2).

<sup>47</sup> [Dados da Cfem retirados da ANM](#) filtrados por município, e base de dados [Siconfi](#). Média anual de R\$: taxas de conversão de US\$ de <https://www.exchangerates.org.uk/> (Nov. 2020: aprox. R\$ 5.3 : US\$ 1.0).

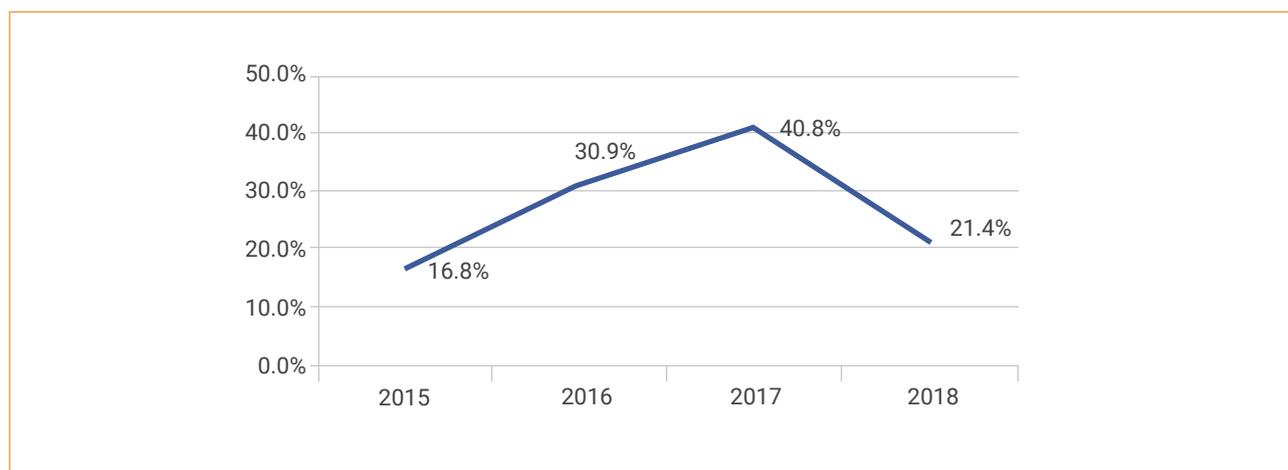


Fig. 2. Recibido de CFEM de Conceição do Mato Dentro como uma porcentagem da receita municipal, 2015-18.<sup>48</sup>

A redução das receitas da CFEM de Conceição do Mato Dentro em 2018 foi amenizada pelo fato de que as alterações no seu cálculo, ocorridas no final de 2017, como observado acima,<sup>49</sup> resultaram no aumento do seu valor final - mesmo com a redução da produção da Minas-Rio em 80%.

### Requisitos de transparência e responsabilidade não atendidos

Com a CFEM contribuindo com uma média de 27,5% da receita municipal de Conceição do Mato Dentro ao longo dos anos 2015 a 2018, como mostrado acima, transparência, responsabilidade e confiança pública em relação à forma como esses fundos são alocados e gastos localmente são importantes para os(as) cidadãos(ãs) e as comunidades. A lei brasileira nº 13.540 de 2017 exige explicitamente transparência no uso de receitas da CFEM: "Todos os anos, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios devem tornar públicas as informações relativas à aplicação dos segmentos da CFEM destinados a eles, conforme previsto na lei nº 12.527 [de 2011]... para ter absoluta transparência na gestão dos recursos da CFEM."<sup>50</sup>

No entanto, atualmente não é possível verificar como Conceição do Mato Dentro aloca ou gasta suas receitas da CFEM. Não há nenhum item separado no orçamento municipal publicado, nenhuma informação desse tipo está disponível on-line ao público em geral e, como discutido abaixo, nem mesmo os funcionários da prefeitura parecem não conhecer os fatos.

A sociedade civil brasileira e os movimentos sociais que trabalham com comunidades afetadas pela mineração defendem a supervisão pública rigorosa da CFEM e medidas para garantir que os municípios sejam totalmente responsáveis pelo orçamento e pelos gastos, incluindo programas sociais, investimentos estratégicos e redução de risco de desastres e planos de gestão de emergência de acidentes. A sociedade civil deve ser capaz de monitorar as receitas da CFEM e de levantar preocupações quando a ANM não fizer os pagamentos.

48 Dados do [Siconfi](#).

49 A mudança foi deixar de basear a CFEM nas receitas líquidas da empresa após o desconto de impostos sobre os custos de marketing, transporte e seguro, para calcular a CFEM como uma porcentagem das receitas de vendas da produção bruta menos os impostos sobre vendas; ver p. 13 acima.

50 Senado Federal, Lei No. 13,540, parágrafo 13.

### **A CFEM é um benefício líquido para o município produtor?**

Apesar do tamanho relativo e da importância da CFEM como proporção da receita regular municipal de Conceição do Mato Dentro, pesquisas recentes do IBASE complementares a este estudo de caso indicam que, como fonte de renda, ela é superada pelos custos relacionados à mina<sup>51</sup>. A avaliação do IBASE é que as receitas da CFEM não compensam adequadamente as despesas decorrentes dos impactos da extração mineral nos serviços municipais, como saúde pública, educação, coleta de lixo, iluminação pública, água, esgoto e proteção ambiental. O crescimento populacional associado à Minas-Rio levou à expansão da cidade, com ocupação de prédios e aumento da violência. Apesar dos ganhos, como o crescimento do comércio, potencialmente resultando em uma maior base de impostos, outros custos relacionados à mineração incluíram a perda de um setor promissor de ecoturismo. A pesquisa do IBASE conclui que as receitas da CFEM são muito pequenas para ajudar a estabelecer boas condições econômicas para a inevitável fase de pós-extração. Esses pontos são discutidos mais adiante.

Em relação aos pagamentos relacionados à Minas-Rio para o governo brasileiro em geral, a Anglo American afirma: “Foram pagos adicionais de US\$ 3.319.776 em impostos, US\$ 6.906.305 em royalties e US\$ 918.545 em taxas em relação à Minas-Rio em 2015... alocados como um custo central brasileiro em nossos relatórios públicos, em vez de alocado à Minas-Rio”; e que os últimos dados publicados pela empresa mostram “uma imagem mais completa da contribuição fiscal até o momento (um adicional de US\$ 60.701.000 em royalties e US\$ 737.000 em taxas foram pagos em 2019)”<sup>52</sup>.

### **Redução da participação dos estados e municípios nos lucros da mineração devido à lei de 1996**

Além das questões relacionadas com os royalties da CFEM, uma lei federal de 1996, ainda em vigor, reduziu a participação dos estados e municípios nos lucros da mineração em favor das empresas de mineração. Trata-se da Lei Kandir, introduzida pelo governo de centro-direita do Presidente Fernando Henrique Cardoso e nomeada em homenagem ao então Ministro do Planejamento Antônio Kandir.<sup>53</sup> Essa lei isenta empresas privadas de todos os setores do pagamento de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre a circulação interestadual e intermunicipal de bens e serviços. A aprovação da lei desencadeou um conflito fiscal entre estados e municípios, por um lado, e o governo federal, por outro, com o primeiro exigindo ressarcimento dos recursos financeiros perdidos e confiscados em benefício das empresas. As perdas para os municípios e estados com operações de mineração foram previstas em bilhões de Reais. Em dezembro de 2020, a Câmara dos Deputados brasileira aprovou a legislação proposta pela primeira vez no Senado que garante o pagamento de compensação pelo governo federal a estados e municípios sobre perdas resultantes da Lei Kandir, com a compensação total estimada em R\$ 65,6 bilhões a ser desembolsada até 2037. Mas, atualmente, não há provisão para uma compensação que corrija os impactos da mineração nas comunidades afetadas e no meio ambiente.<sup>54</sup>

### **Uso de paraísos fiscais por empresas de mineração**

Embora não seja central para este estudo de caso, muitos outros estudos apontam uma tendência das subsidiárias das empresas de mineração no Brasil de transferir a propriedade de matérias-primas para subsidiárias localizadas em paraísos fiscais (jurisdições de baixo imposto e alto sigilo). As vendas são

51 C. Grzybowski, O empreendimento extrativista Minas-Rio da Anglo American.

52 Anglo American, [comentários sobre relatório preliminar](#), Jan. 2021.

53 [Lei Complementar no. 87, 1996](#).

54 Poder360, [“Compensação da Lei Kandir dará mais de R\\$ 1 bilhão para 13 estados até 2037”](#), Nov. 2020.

então feitas pela subsidiária no paraíso fiscal ao comprador. Como nenhuma venda é feita pela subsidiária brasileira, as taxas de vendas brasileiras não se aplicam. Quaisquer encargos aplicados para a transferência de minerais são consideravelmente menores do que seriam os impostos. Uma fonte estima que tais perdas nas exportações brasileiras de minério de ferro subfaturadas sejam, anualmente, de bilhões de dólares.<sup>55</sup>

## Impactos socioeconômicos, ambientais, de saúde e culturais

### Quem é afetado?

De acordo com fontes da sociedade civil, a avaliação de impacto ambiental (AIA) de 2011, realizada pela empresa de consultoria Diversus em nome da Anglo American, descobriu que 22 comunidades seriam afetadas pelo desenvolvimento e operação da Minas-Rio e da barragem de rejeitos, da planta de processamento e do mineroduto associados<sup>56</sup>. Muitas dessas comunidades são compostas por pequenas e dispersas fazendas de agricultura familiar, muitas vezes ligadas por laços de parentesco e compostas por população negra, incluindo três comunidades localizadas a menos de 10 km a jusante da barragem de rejeitos da Minas-Rio: Passa Sete, Água Quente e São José do Jassém, esta última com comunidades de menor porte, como Teodoro e Saraiva.

Houve várias fases de licenciamento e audiências públicas à medida que a mina se desenvolveu. Pesquisadores da sociedade civil e líderes de movimentos sociais criticaram a forma como as autoridades de licenciamento e a Anglo American administraram o

processo. Em particular, as preocupações das comunidades rurais sobre a perda de práticas e meios de subsistência de autogestão econômica local de longa data, bem como sobre o ruído, o pó, a construção de estradas, o tráfego pesado, o assoreamento e a poluição dos rios e dos riachos, e a perda de águas de nascente naturais, foram minimizadas durante as fases de licenciamento e tratadas apenas uma “percepção”, “uma alegação” ou “um suposto impacto”, em vez de consequências objetivamente reais da mina e da sua infraestrutura<sup>57</sup>. Isso levou, dizem os críticos da sociedade civil, à limitação restritiva e arbitrária do reconhecimento pela empresa e pelo governo de quem seria afetado pela mina e do escopo e da gravidade dos impactos, falha em resolver os problemas e considerável ressentimento entre os membros da comunidade<sup>58</sup>.

### Diminuição da produção agrícola e pouca diversificação econômica

Uma grande preocupação nos municípios de mineração no Brasil é o seu crescente domínio econômico local<sup>59</sup>. As economias locais nas áreas de mineração dependem cada vez mais da exportação de minerais primários e mostram poucas evidências de diversificação econômica. Para Conceição do Mato Dentro, a agricultura é um setor econômico importante, mas que está se reduzindo. A área de cultivo usada para colheitas para consumo local, como banana, café, abacaxi, amendoim, arroz, cana de açúcar, feijão, mandioca e milho, já estava diminuindo em 2012, quando a construção da mina Minas-Rio começou e, desde então, a redução já chega a cerca de 70%. Com o terceiro estágio de expansão da mina, entre 2016 e 2017, a terra cultivada sofreu um declínio particularmente rápido.

55 Instituto Justiça Fiscal, “[Estudo revela como empresas de mineração retiram bilhões do Brasil sem pagar devida tributação](#)”, Agosto 2017.

56 A.F. Moreira Santos, L. da Silva Sales Ferreira and V. Villela Penna, “[Impactos supostos, violências reais: A construção da legalidade na implantação do projeto Minas-Rio](#)”, Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology, 14, 2. 2017,

57 Moreira Santos, da Silva Sales Ferreira e Villela Penna, “Impactos supostos..”

58 Os dois parágrafos acima foram adicionados ao relatório no final de nossa pesquisa em maio de 2021 quando foi dada à Anglo American mais uma oportunidade para comentar sobre o tema.

59 O Tempo, “[Em Minas Gerais, 480 cidades dependem dos royalties da mineração](#)”, Fev. 2019.

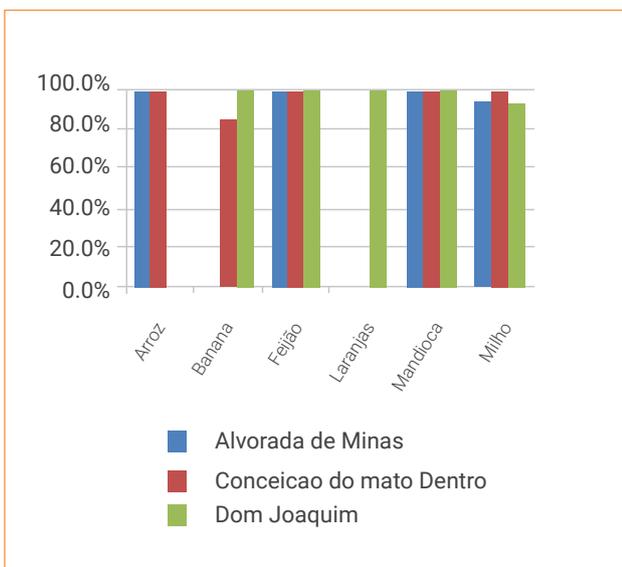
Área total plantada com importantes culturas alimentares locais, entre 2004 e 2018, em Conceição do Mato Dentro (hectares)<sup>60</sup>



Fig. 3. Área total plantada com as principais culturas alimentares locais, Conceição do Mato Dentro, 2004-18 (hectares).

A produção de culturas alimentares para consumo local geralmente ocorre em fazendas de agricultura familiar de menor escala e apoia famílias de menor renda.

Porcentagem de culturas alimentares-chave cultivadas em fazendas de agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro e municípios vizinhos, 2016<sup>61</sup>



A lei brasileira nº 13.540, de 2017, recomenda que 20% dos royalties da CFEM destinados aos estados e municípios produtores sejam

usados para a diversificação econômica local.<sup>62</sup> A falta de transparência fiscal em nível municipal, no entanto, torna isso praticamente impossível de ser rastreado. O que se encontra em publicações e no site da Anglo American mencionam o Programa Crescer da empresa e informam que: “250 empresários rurais e urbanos” no estado de Minas Gerais (nos municípios de Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim e Serro) têm se beneficiado do apoio da empresa e do Banco Interamericano de Desenvolvimento ao desenvolvimento socioeconômico local desde 2013<sup>63</sup>. A empresa nos informou, em 2021, que o programa já beneficiou “mais de 550 pessoas – incluindo produtores rurais, empresários, jovens trabalhadores rurais e funcionários públicos” em setores como laticínios, horticultura, apicultura e turismo, e que um novo fundo de crise devido à Covid-19 apoiará 50 produtores de queijo artesanal em cinco municípios de Minas Gerais<sup>64</sup>. No entanto, para a agricultura, nossos dados sobre terras sob cultivo local de alimentos indicam declínio econômico local associado à diminuição da disponibilidade e da qualidade da água,

60 Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2019.

61 Dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

62 Senado Federal, Lei No. 13,540, artigo II.

63 Anglo American, “Produtores rurais poderão apromorar seus negócios em nova fase do Programa Crescer da Anglo American”, Setembro. 2016.

64 Comentários sobre o relatório preliminar

conforme descrito abaixo. Embora um fundo dedicado à diversificação econômica para

Conceição do Mato Dentro tenha sido aprovado para 2017, ele ainda não foi implementado.



Feira dos produtores locais, mercado municipal de Conceição do Mato Dentro. Foto de Alexandre Guzanshe/IBASE.

### Riscos de segurança da barragem de rejeitos e preocupações da comunidade<sup>65</sup>

A segurança das barragens de rejeitos é uma questão importante no Brasil e em Minas Gerais<sup>66</sup>. De acordo com um relatório da Reuters de 2020, o Brasil está em terceiro lugar no ranking de países com a maior quantidade das barragens de rejeitos, com 270 barragens dentre as mais de 1.700 em todo o mundo. Outro estudo afirma que 662 barragens de rejeitos estão registradas no banco de dados nacional de barragens de mineração do governo brasileiro, atualmente mantido pela ANM.<sup>67</sup>

Em dezembro de 2019, a Anglo American obteve uma licença para aumentar a capacidade de armazenamento da barragem de rejeitos da Minas-Rio de 40 milhões para 370 milhões de metros cúbicos de resíduos minerais<sup>68</sup>. Acadêmicos progressistas e outras pessoas que levantaram preocupações

sobre esse enorme aumento planejado de nove vezes na capacidade de rejeitos foram criticados como “inimigos do desenvolvimento”. A aprovação inicial tinha ocorrido dois meses antes da publicação da lei estadual nº 23.291 de fevereiro de 2019, conhecida como Lei Mar de lama nunca mais.<sup>69</sup> Essa lei, aprovada após desastres em barragens de rejeitos em Minas Gerais (desastre da mina da Samarco, no município de Mariana, em novembro de 2015, com 19 pessoas mortas<sup>70</sup>, e em Brumadinho, em janeiro de 2019, com 260 pessoas mortas)<sup>71</sup>, proíbe o aumento da altura das barragens existentes em comunidades que vivem na chamada “zona de autossalvamento” ou ZAS. A ZAS é a área dentro de 10 km a jusante de uma barragem de rejeitos onde os serviços públicos de resgate do Brasil são considerados incapazes de salvar as pessoas de uma ruptura da represa devido à falta de tempo, deixando-as à sua própria sorte. Três comunidades estão

65 Para conhecer a resposta da Anglo American em vários pontos relatados aqui, consulte [os comentários sobre o relatório preliminar](#).

66 G1, “Desde tragédia de Brumadinho, mais de 20 barragens estão em estado de alerta em Minas Gerais, diz Defesa Civil”, Novembro, 2019.

67 Reuters, “The Looming Risk of Tailings Dams”, Jan. 2020; L.C. Garcia e outros, “Brazil’s worst mining disaster: Corporations must be compelled to pay the actual environmental costs”, Ecological Applications, 2017,

68 The Times, “Anglo American wins licence for mining-waste dam in Brazil”, Dez. 2019.

69 LEIA, “Saiba quem votou a favor da nova licença para o maior projeto de mineração em expansão em MG”, Dez. 2018, [Lei Estadual No. 23.291](#).

70 Guardian, “Brazil dam disaster: firm knew of potential impact months in advance”, Mar. 2018,

71 “Mining Magazine”, [“Brumadinho dam failure due to poor drainage, according to Vale report”](#), Dez. 2019; Guardian: “Brazil mining giant agrees to pay \$7bn for collapse that killed 272 people”, Fev. 2021.

localizadas dentro da ZAS da barragem da Minas-Rio: Passa Sete (1,5 km a jusante), Água Quente (3 km) e São José do Jassém (8,5 km). Essas comunidades requerem reassentamento.

As resoluções da ANM de fevereiro de 2019 e agosto de 2019 proibiram a construção ou a elevação das barragens de rejeitos “a montante”<sup>72</sup>. Citando a lei estadual 23.291, em março de 2020, os promotores do estado de Minas Gerais apresentaram um processo judicial para suspensão da licença da Anglo American para expandir a barragem de

rejeitos “até que aqueles que vivem em três comunidades a jusante da represa garantam o direito de realocação”. A Anglo American emitiu uma contradeclaração dizendo que “parte da nova lei em questão não se aplica a este caso”, que “ela já havia estabelecido um programa de realocação voluntária para famílias próximas à represa” e que sua represa “foi construída com a técnica ‘a jusante’... mais segura do que a barragem de estilo ‘a montante’ da Vale, que desmoronou.”<sup>73</sup>



72 Diário Oficial da União, [Fevereiro de 2019](#) e [Agosto de 2019](#).

73 Mining Weekly, [“Brazil state prosecutors seek to block expansion of Anglo American mining dam”](#), Mar. 2020,

Os moradores de Passa Sete, Água Quente e São José do Jassém exigiram realocação devido à proximidade da barragem de rejeitos e ao risco de ruptura<sup>74</sup>. Em resposta, a Anglo American propôs o Plano de Negociação Opcional<sup>75</sup>. De acordo com representantes de movimentos sociais locais, as propostas da empresa seriam inadequadas para compensar os danos resultantes da realocação. Os movimentos sociais dizem que os planos não consideram a criação de gado e os cultivos de alimentos e desconsideram o tamanho das famílias (número de crianças). Portanto, alguns residentes buscam termos de reassentamento diferentes. Quanto dinheiro a empresa pretende gastar por família em comparação aos custos de implementação sob propostas alternativas da comunidade é uma questão de preocupação pública.

Os representantes do MAM com os quais falamos (ver abaixo) chamaram atenção para os problemas psicológicos nas comunidades a jusante causados pelo risco de ruptura de barragens. Segundo esses representantes, os residentes dessas áreas têm dificuldades para dormir à noite e, durante chuvas fortes, alguns se mudam temporariamente para as casas de parentes que ficam em locais mais altos nas encostas para escapar da avalanche potencialmente mortal de resíduos da mina, caso haja rompimento da represa.

Em 3 de janeiro de 2020, os alarmes de emergência instalados em Água Quente e São José do Jassém soaram por engano e as pessoas fugiram de suas casas com medo de uma ruptura<sup>76</sup>. Uma moradora de Água Quente teve um ataque de asma e foi levada às pressas para uma clínica em ambulância fornecida pela

Anglo American<sup>77</sup>. A empresa informou que não sabia por que os alarmes soaram e acreditava que raios poderiam ter sido a causa acidental. Os relatos indicam que, após a desastrosa ruptura da barragem de rejeitos de da Vale em Brumadinho<sup>78</sup>, os alarmes em outros locais do estado de Minas Gerais soam com mais frequência do que antes<sup>79</sup>.

Em outubro de 2020, o governo brasileiro aprovou uma lei que estabelece uma nova política nacional sobre segurança de barragens de rejeitos e um novo sistema nacional de informação sobre essas barragens, atualizando a política anterior<sup>80</sup>. A nova política estabelece regras para a acumulação de água e resíduos industriais em barragens, bem como para a sua eliminação final. A nova lei resultou das repercussões severamente negativas de desastres anteriores das barragens de rejeitos em Minas Gerais (Mariana/Samarco e Brumadinho, citados acima). A política confirma agora que é proibido construir barragens a montante, como as que colapsaram em Mariana/Samarco e Brumadinho, e que todas as barragens a montante existentes devem ser desativadas até fevereiro de 2022. Um recente relatório que analisa a nova política nacional observa que a situação geral das barragens de rejeitos no Brasil é de insegurança generalizada, que a nova lei pouco faz para lidar com isso e que as melhorias são inadequadas. O relatório aponta ainda que a nova lei tem brechas que permitirão que as empresas de mineração mantenham seu modelo perigoso de gerenciamento de resíduos minerais, que a maioria dos(as) residentes nas proximidades de barragens sujeitas a risco são pessoas negras (68,7%) e que o número de barragens instáveis dobrou no ano passado<sup>81</sup>.

74 A.F. Moreira Santos, B. Milanez e outros, Estudo preliminar.

75 Encontro, ["Mineradora Anglo American é criticada por projeto de expansão"](#), Abril. 2019,

76 DeFato Online, ["Sirene dispara próximo à barragem da Anglo American em Conceição do Mato Dentro"](#), Jan. 2020,

77 DeFato Online, ["Mulher passa mal após sirene tocar erroneamente em distrito de Conceição do Mato Dentro"](#), Jan. 2020,

78 [Mining Magazine](#), Dez. 2019.

79 O Tempo, ["Video mostra moradores fugindo após sirene de Brucutu soar acidentalmente"](#), Mar. 2019,

80 Senado Federal, ["Brasil tem nova lei de segurança de barragens"](#), Outubro. 2020, Presidência da República, ["Presidente institui nova Política Nacional de Segurança de Barragens"](#), Outubro. 2020.

81 B. Milanez e L.J. Wanderley, ["O número de barragens sem estabilidade dobrou, e daí?: uma avaliação da \(não-\)fiscalização e da nova Lei de \(in\)Segurança de Barragens"](#) Versos – Textos para Discussão PoEMAS, Outubro. 2020.

Em nível global, em 2020, o Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM, sigla em inglês), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e os Princípios para o Investimento Responsável (PRI) publicaram um novo Padrão Global da Indústria para a Gestão de Rejeitos<sup>82</sup>. A nova norma visa atingir o objetivo de “dano zero” no que diz respeito às pessoas afetadas, ao contexto econômico local e social/ambiental, às instalações de rejeitos, à gestão, à governança, à preparação/resposta de emergência, à divulgação de informações e responsabilidade. Os grupos da sociedade civil criticaram o projeto do novo padrão por “não ir longe o suficiente para proteger adequadamente comunidades e ecossistemas contra falhas” e ofereceram para substituí-lo o documento Segurança em Primeiro Lugar: Diretrizes para Gestão Responsável de Rejeitos de Minas<sup>83</sup>. Embora a análise das diferenças entre as duas normas esteja além do escopo deste relatório, a Anglo American nos informou que está envolvida no desenvolvimento do novo padrão ICMM/UNEP/PRI e que seu próprio padrão “excede os requisitos técnicos do novo Padrão Global e... os requisitos regulamentares em todas as jurisdições em que operamos” além de ser “mais abrangente”<sup>84</sup>.

### Falta de água

A questão da água também é fundamental para compreender os danos que afetam as comunidades adjacentes à Minas-Rio. Rios e córregos são um componente essencial da paisagem local e têm, por gerações, fornecido às famílias água para beber e cozinhar, tomar banho e lavar roupas, dar de beber ao gado, irrigar colheitas, fabricar queijo local e cachaça, além de servirem para lazer e recreação. Após a construção da barragem de rejeitos, foi observada a morte de peixes no rio Passa Sete, e as populações locais começaram a ver as águas poluídas, com redução do fluxo

do rio, secagem de nascentes e inundações ocasionais<sup>85</sup>. Produtores locais de requeijão relataram problemas causados pela escassez de água e contaminação, afetando a produção de leite.<sup>86</sup>

Os moradores de Passa Sete e Água Quente agora precisam de entregas de água por caminhão-pipa. No entanto, os caminhões não conseguem chegar às comunidades em dias de chuva forte, devido a dificuldades na estrada. Com isso, a escassez de água resultante pode durar dias. As áreas de cultivo diminuíram com a redução de água doce disponível, por isso as famílias agora gastam mais dinheiro para comprar alimentos que antes elas ou seus vizinhos cultivavam localmente. Como parte da pesquisa de campo em 2019, o consultor do projeto visitou a casa de uma família em Passa Sete. A casa tem um pequeno jardim com cultivo de vegetais para consumo doméstico e ocasionalmente para venda local. O consultor foi informado que a corrente de água que passa pela propriedade e que serve para irrigar o jardim teve seu fluxo reduzido desde que a barragem de rejeitos foi construída. Isso levou os(as) moradores(as) a diminuir a produção, com consequências para a alimentação e a renda da família.

Anglo American afirma que “a captação de água no município de Dom Joaquim é devidamente permitida pelas agências ambientais competentes e... não reduz a disponibilidade de água para outros usuários”.<sup>87</sup>

### Poluição pelo ar

Um representante do movimento social REAJA (Rede de Articulação e Justiça dos Atingidos pelo Projeto Minas-Rio), que vive em Conceição do Mato Dentro, tem monitorado desde o início o licenciamento e o desenvolvimento da Minas-Rio. Ele nos disse que a comunidade Sapo,

82 [ICMM, UNEP e PRI, 2020.](#)

83 [Earthworks, Jun. 2020.](#) ; J. Morrill e outros, “[Segurança em Primeiro Lugar: Diretrizes para Gestão Responsável de Rejeitos de Minas](#)”, Earthworks e MiningWatch Canada, 2020.

84 [Comentários sobre o relatório preliminar.](#)

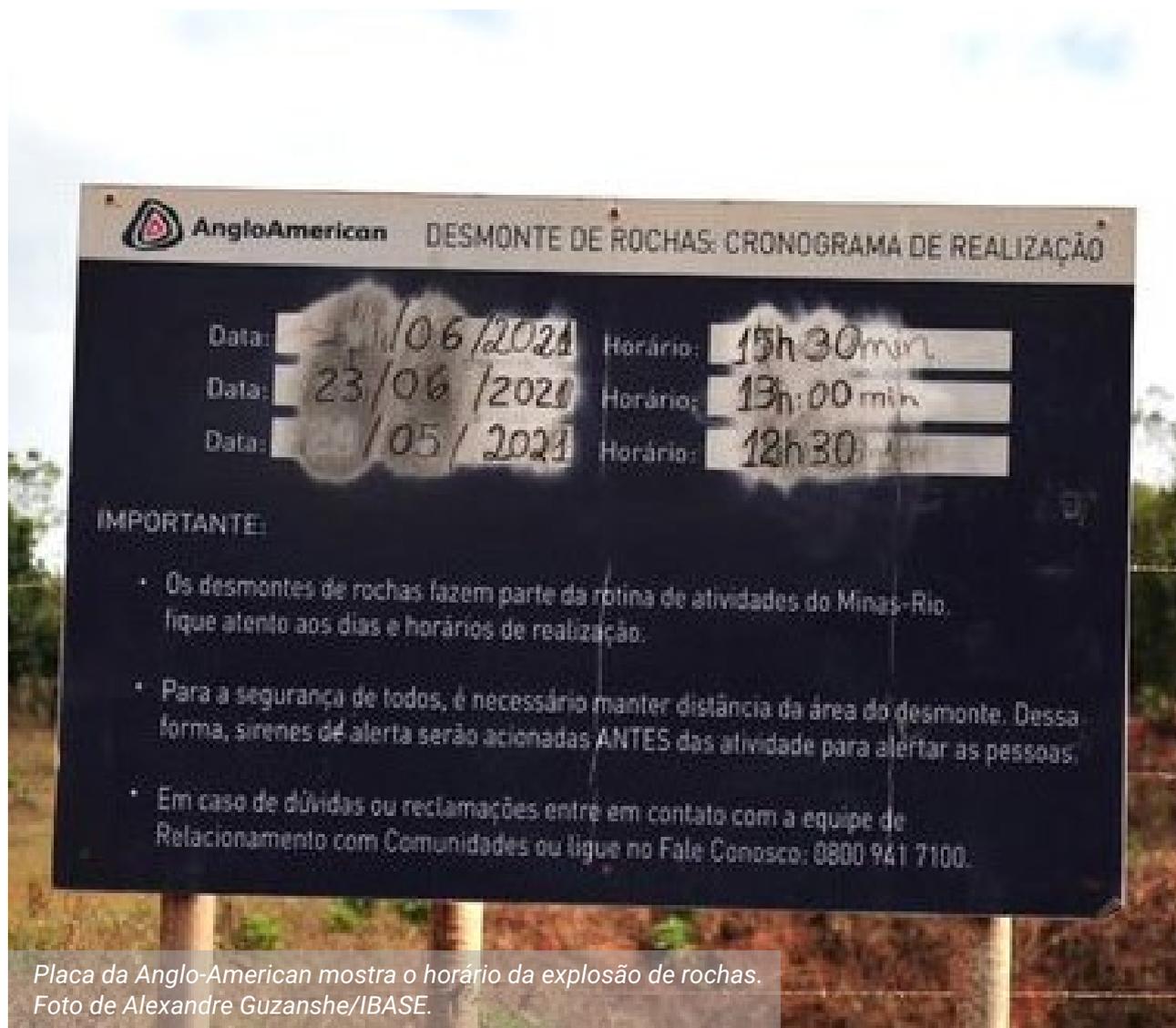
85 A.F. Moreira Santos, B. Milanez e outros, Estudo preliminar.

86 A.F. Moreira Santos, B. Milanez e outros, Estudo preliminar.

87 [Comentários sobre o relatório preliminar](#)

que está a jusante da barragem de rejeitos e a menos de 1 km da área de mineração expandida esperada, costumava ter uma pequena indústria de moagem que produzia alimentos básicos tradicionais, farinha de mandioca e ração animal. No entanto, devido às emissões de poeira das explosões de minas, tornou-se impossível secar os produtos ao ar

livre, e essa forma de atividade econômica local foi perdida. Um dos representantes do MAM relatou que as pessoas que vivem perto da mina (em Sapo, Passa Sete, Turco e Jassém) sofrem doenças respiratórias resultantes do pó, com os piores efeitos recaindo sobre as crianças e os idosos. O cuidado dos(as) doentes aumentou os encargos diários das mulheres.<sup>88</sup>



Placa da Anglo-American mostra o horário da explosão de rochas.  
Foto de Alexandre Guzanshe/IBASE.

88 A Anglo American discorda dessas conclusões: [comentários sobre o relatório preliminar](#).

## O mineroduto

Conforme observado no Quadro 2, em 2018, ocorreram dois grandes vazamentos na tubulação de polpa de minério de ferro, de 0,66 metros de diâmetro, e que chega até o litoral<sup>89</sup>. Esses incidentes liberaram poluentes em riachos, rios locais e no solo<sup>90</sup>. Nossos contatos do MAM também mencionaram problemas em casas localizadas perto da tubulação causados pela vibração constante gerada pela polpa em movimento.<sup>91</sup>

Muito antes dos vazamentos em 2018, a tubulação causou reações públicas devido à sua extensão e ao grande projeto de engenharia necessário para sua instalação. Uma parte dela está enterrada a não mais do que 3 metros de profundidade e passa por cerca de 1.500 edifícios. Em 17 locais, a tubulação é suspensa acima do solo. Para construí-la, foi necessário deslocar rios em cinco lugares, além da escavação de três locais montanhosos e de rodovias em três lugares distintos. De acordo com estudos, a construção e o teste do mineroduto levaram à perda de terras e a rupturas familiares que foram insuficientemente compensadas pela empresa. Até a publicação deste estudo, não houve uma avaliação global dos seus impactos ambientais e humanos<sup>92</sup>.

A captação de água para o mineroduto é uma questão importante para as pessoas do município de Dom Joaquim, embora não seja para Conceição do Mato Dentro. Os efeitos locais em Dom Joaquim e os impactos localizados do mineroduto em seu caminho para a costa devem ser levados em consideração para obter uma avaliação mais completa dos custos socioeconômicos da mina.

## Violência e homicídios

Durante as entrevistas, funcionários do município de Conceição do Mato Dentro falaram sobre o aumento da migração de pessoas para a cidade em busca de trabalho temporário devido à mineração na localidade. A mineração é conhecida por atrair homens (e mulheres) migrantes e por resultar no crescimento de assentamentos informais, desemprego local e problemas sociais relacionados, incluindo a violência<sup>93</sup>. Embora as evidências não sejam claras e a causalidade não seja comprovada, há indicações de dados municipais e outras fontes de que a incidência de crimes de violência, inclusive contra mulheres, roubos e homicídios, tem sido alta em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim nos últimos anos, com notável aumento em Conceição do Mato Dentro após 2012<sup>94</sup>.

## Sobre etnia e cultura – comunidades negras

Uma questão importante que surgiu durante o processo de licenciamento da Minas-Rio foi se a região tinha moradores e localidades que poderiam ser legalmente reconhecidas como comunidades tradicionais, uma designação que, no Brasil, inclui uma variedade de grupos indígenas e de outras etnias organizados em torno do uso e ocupação da terra. Um estudo de impacto ambiental de 2015, encomendado pela Anglo American, concluiu que não havia comunidades tradicionais legalmente certificadas em Conceição do Mato Dentro e áreas vizinhas, e que as comunidades quilombolas (grupos com identidade cultural própria formados por meio de um processo histórico que começou nos tempos da escravidão no Brasil) com status oficial estavam muito longe do local da mina

89 Para especificações técnicas sobre o mineroduto, consulte o [Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás \(IBP\)](#), 2009.

90 [MAM, Mar. 2018](#).

91 A Anglo American discorda sobre a causa alegada, mas afirma que em todas essas situações “compensou e apoiou adequadamente” as famílias “de maneira construtiva” e está “disposta a discutir quaisquer casos remanescentes de propriedades danificadas”: [comentários sobre o relatório preliminar](#).

92 M. A. Tôrres. [História de água e minério: os efeitos do Projeto Minas-Rio em Água Quente, Conceição do Mato Dentro](#). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Nov. 2014.

93 [Bloomberg, Fev. 2019](#).

94 A.F. Moreira Santos, B. Milanez e outros, Estudo preliminar, p. 288.

para sofrer qualquer impacto significativo<sup>95</sup>. Este estudo ambiental parece não ter levado em consideração vários outros relatos que atestam o status tradicional da maioria das comunidades na área de Conceição do Mato Dentro. Oito assentamentos próximos foram classificados por um relatório como “comunidades rurais negras”, e dois deles foram certificados pelo governo federal como comunidades quilombolas. O estudo de impacto ambiental de 2015, de fato, causou dificuldade ao eliminar do reconhecimento público a presença de comunidades tradicionais e de uma maioria de residentes negros que foram desproporcionalmente afetadas pela Minas-Rio<sup>96</sup>. Discutimos esse ponto mais adiante.

### Impactos da COVID-19

Os relatos da imprensa têm mostrado consistentemente que a mineração tem sido um fator impulsionador da infecção pela COVID-19 em Conceição do Mato Dentro e cidades ao redor. Nos estágios iniciais da pandemia, o governo brasileiro decidiu que a mineração era uma atividade essencial, o que parece ser a principal razão para as altas taxas de contaminação local registradas posteriormente. Em setembro de 2020, os promotores do estado de Minas Gerais apresentaram uma liminar solicitando que a Anglo American deixasse de operar sua tubulação de minério de ferro até que pudesse provar que tinha medidas sanitárias efetivas em vigor; as autoridades judiciais pediram que a empresa realizasse testes periódicos entre seus trabalhadores de tubulação<sup>97</sup>. A Anglo American afirmou que

havia implementado medidas preventivas e que apoiava os esforços das autoridades de saúde para combater a pandemia, mas nunca reconheceu publicamente as alegações feitas pelos promotores. A empresa afirma que criou um plano de ação de resposta comunitária para cada unidade de negócios, incluindo a Minas-Rio, e que, entre outras medidas, doou equipamentos médicos que custam mais de US\$ 1 milhão para os sistemas de saúde nos estados e municípios onde opera.<sup>98</sup>

## Perspectivas das partes interessadas

### Funcionários municipais

As entrevistas e uma reunião com os(as) funcionários(as) do município de Conceição do Mato Dentro<sup>99</sup> incluíram discussões sobre melhorias na cidade financiadas pelos pagamentos de royalties da CFEM da Anglo American. Os(as) funcionários(as) falaram sobre a construção de um hospital e uma creche, além da pavimentação da principal avenida da cidade. No entanto, fomos informados que 80% do orçamento municipal foram gastos para lidar com os impactos locais da Minas-Rio, incluindo a construção de estradas para acomodar caminhões de mineração e o aumento da demanda sobre as finanças públicas resultantes do influxo populacional, como serviços de saúde, limpeza de ruas e saneamento adicionais. A chegada de centenas de pessoas em busca de emprego fez com que novos bairros surgissem por meio

95 A.F. Moreira Santos, B. Milanez e outros, Estudo preliminar .

96 Anglo American afirma que, uma vez que no Brasil “as comunidades são capazes de se auto-reconhecer como ‘comunidades tradicionais’”, a empresa “realizou um estudo detalhado e independente das características tradicionais das comunidades envolvidas. Este estudo não identificou grupos tradicionais, conforme definido na legislação nacional, em torno da área da mina. Existem algumas comunidades tradicionais reconhecidas em regiões distantes da mina e não impactadas pelo Minas-Rio ... [A] ausência de relações geográficas e culturais entre as áreas de influência da empresa e as comunidades efetivamente reconhecidas “é detalhada em seu relatório de impacto ambiental de 2015: [ver comentários sobre o relatório preliminar](#).

97 Brasil de Fato, “[Por promover aglomeração, mineração é responsável por aumento de covid-19 em Minas](#)”, Jun. 2020; Hoje em Dia, “[MP pede a suspensão das atividades do mineroduto da Anglo American em Conceição do Mato Dentro](#)”, Set. 2020; G1, “[Ministério Público pede suspensão das atividades do mineroduto Minas-Rio da Anglo American](#)”, Set. 2020; G1, “[Justiça de MG determina que mineradora Anglo American, em Conceição do Mato Dentro, teste funcionários para Covid-19](#)”, Set. 2020.

98 [Comentários sobre o relatório preliminar](#).

99 Entrevistas e a reunião aconteceram na Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro em outubro de 2019 e fevereiro de 2020, respectivamente.

da ocupação não planejada, e os custos de moradia aumentaram.

Em relação às receitas de royalties da CFEM, os(as) funcionários(as) da prefeitura disseram que a ANM geralmente transfere os valores para Conceição do Mato Dentro no mês seguinte ao pagamento feito pela empresa, com os valores pagos em dezembro oficialmente contabilizados no ano seguinte. As receitas da CFEM são difíceis de monitorar pelos(as) funcionários(as) da prefeitura. A empresa calcula a CFEM a pagar e transfere-a para a ANM, que então aloca o dinheiro para o município. Conceição do Mato Dentro tem apenas dois inspetores, sem treinamento técnico completo, para monitorar as receitas da CFEM. Há planos de treinar esses inspetores na lei fiscal de mineração, e a cidade contratou uma empresa de consultoria fiscal. Em um acordo entre Conceição do Mato Dentro, a ANM e a Associação de Municípios Mineradores de Minas Gerais, os(as) funcionários(as) da prefeitura têm acesso a certas informações de pagamento de empresas para o governo, ao contrário de outros municípios. Os(as) funcionários(as) indicaram que a prefeitura está se equipando melhor para gerenciar as receitas de mineração.

Os(as) funcionários(as) que participaram das entrevistas perguntaram se poderíamos ajudá-los a calcular a contribuição total da mineração para a economia de Conceição do Mato Dentro, combinando os salários dos(as) trabalhadores(as) com impostos e outros pagamentos, como a CFEM. Isso forneceria dados úteis para discussão em reuniões de comitês municipais e em reuniões com residentes. A opinião dos(as) funcionários(as) da prefeitura era que 90% da população de Conceição do Mato Dentro apoia a presença da Anglo American, tornando mais difícil

discutir publicamente os problemas causados pela mina (falamos sobre a perspectiva muito diferente da sociedade civil abaixo). Houve reconhecimento que o movimento local REAJA é eficaz para levantar questões sobre impactos de mineração com os(as) residentes da cidade. Na opinião desses(as) funcionários(as), o Conselho Municipal de Defesa e Proteção do Meio Ambiente (CODEMA) – um órgão com várias partes interessadas, criado por lei com representação empresarial, da sociedade civil e do governo<sup>100</sup> – é um obstáculo ao desenvolvimento econômico local. O CODEMA questionou e, às vezes, se opôs a obras e implementações locais relacionados à mina.

A equipe municipal também nos contou sobre os interesses da Vale em mineração na Serra da Serpentina, uma cadeia de montanhas nas proximidades. A nova mina planejada da Vale teria uma capacidade muito maior do que a Minas-Rio e está projetada para entrar em produção em 2028<sup>101</sup>. Os(as) representantes da Vale, segundo informado, visitam a prefeitura de Conceição do Mato Dentro três vezes por ano.

### **Representantes da sociedade civil**

Nós nos reunimos para discutir a Minas-Rio com representantes de dois movimentos sociais, MAM e REAJA, e a organização da sociedade civil NACAB (Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens)<sup>102</sup>. Na opinião do representante do MAM, as comunidades afetadas pelas minas não recebem benefícios dos pagamentos de impostos pela Anglo American e de royalties da CFEM. Para ele, os problemas causados pela mina, pela barragem de rejeitos e pelo mineroduto não foram compensados e continuam a prejudicar vidas nas comunidades próximas. Todos consideraram que Conceição do Mato Dentro aloca suas receitas da CFEM de uma maneira que não beneficia as

100 Conceição Mato Dentro, [“Nota de esclarecimento sobre a sirene de emergência na comunicade de Cachoeira de Baixo”](#), Jan. 2020.

101 DeFato, [“Vale investe em projeto para minerar Serra da Serpentina, cartão postal de Conceição do Mato Dentro”](#), Jul. 2019.

102 Reunião realizada em um centro comunitário local em fevereiro de 2020.

comunidades negativamente afetadas pela mina nem compensa os efeitos nocivos da mineração. Os danos estão concentrados nas áreas rurais periféricas, enquanto o dinheiro é gasto principalmente no centro urbano.

Esses(as) representantes da sociedade civil acreditam que o município está alinhado com os interesses comerciais da Anglo American, e não com as necessidades das populações locais, o que gera tensões. Na opinião deles(as), a prefeitura se comporta “como uma extensão da empresa”. Eles(as) também consideram que a maioria das condições das rodadas de licenciamento anteriores ainda não foram realizadas e que a Minas-Rio tem uma história de associação com violações dos direitos da comunidade local (mais adiante discutido). Eles(as) mencionaram que havia uma nova ameaça para as comunidades devido à mineração em grande escala pela empresa Herculano no município vizinho, Serro.

Os nossos contatos da sociedade civil concordaram com a necessidade de os(as) funcionários(as) da prefeitura relatarem como o município utiliza as receitas de royalties da CFEM para beneficiar as comunidades afetadas e que membros eleitos(as) do conselho municipal podem ser um importante canal de comunicação e diálogo público.

### **Perspectiva da London Mining Network**

A London Mining Network (LMN) é uma aliança da sociedade civil que monitora e pesquisa impactos de empresas de mineração sediadas no Reino Unido sobre os direitos humanos e o meio ambiente nos países produtores. No final de 2019, a LMN nos informou que “visitou a Minas-Rio há alguns meses e ficou impressionada (chocada) com a forma como o projeto assumiu a área e pressionou as

pessoas que se opuseram a ele... Trata-se de um projeto de exploração mineira em uma nova área, que parece ter um grande impacto sobre as florestas naturais e os recursos hídricos, que supostamente seria atenuado por alguns fracos mecanismos de controle ambiental e compensação... [Nossa] impressão da Minas-Rio é que ela terá dificuldade em gerar receitas suficientes para cobrir o investimento, e que ela só foi iniciada devido aos altos preços mundiais do minério de ferro 10-15 anos atrás. O investimento é agora um custo irrecuperável e, como a Anglo American precisa obter algum retorno, a empresa faz corte de custos.”<sup>103</sup>

Em 2020, a LMN relatou que os membros das comunidades afetadas pela Minas-Rio bloquearam as estradas em protesto contra a Anglo American devido a suspensão do financiamento para aconselhamento técnico independente<sup>104</sup>. A declaração feita pelas comunidades critica a empresa e o estado de Minas Gerais por não estarem dispostos a contratar assistência técnica para várias localidades, incluindo Água Quente, Passa Sete e São José do Jassém, e exige que a empresa se comprometa a implementar princípios básicos e diretrizes sobre “expropriações, despejos, remoções e deslocamentos” resultantes do projeto da mina. A empresa era obrigada, como condição do processo de licenciamento ambiental, a estabelecer uma equipe de consultoria técnica independente, escolhida pelas comunidades. Segundo relatos, a Anglo American registrou ações judiciais contra o Ministério de Minas e Energia, a organização da sociedade civil NACAB e outros. O coordenador da equipe consultiva afirmou que a Anglo American está tentando “intimidar e impedir” as comunidades afetadas de terem acesso aos serviços da equipe consultiva.

<sup>103</sup> Email enviado pela LMN para a PWYP UK e o IBASE, Nov. 2019. A Anglo American afirma que não há evidência de “corte de canto” e que “refutaríamos veementemente qualquer alegação, dada a implicação que poderia ter com relação, por exemplo, à segurança, que é nossa prioridade número um”: [comentários sobre o projeto relatório](#).

<sup>104</sup> LMN, [“Protests against Anglo American in Brazil”](#), Agosto. 2020, e [“Legal struggle with Anglo American heats up in Brazil”](#), Set. 2020.

## Resposta da Anglo American

A carta da PWYP UK e do IBASE à Anglo American, de novembro de 2019, recebeu, após algum tempo, uma resposta afirmando que a Minas-Rio é o único projeto de mineração da empresa em Minas Gerais<sup>105</sup>. Isso confirma que todos os pagamentos da empresa em Minas Gerais e todas as receitas governamentais correspondentes são provenientes da Minas-Rio. Queremos conversar com a equipe da empresa no Brasil que, conforme fomos informados, deve esclarecer alguns dos outros pontos em nossa carta de consulta.

## Comentário sobre direitos humanos

A preocupação com os impactos da mineração em Conceição do Mato Dentro começa antes do início da produção de minério de ferro, em 2014. Em maio de 2013, dezenas de representantes da prefeitura e de moradores da cidade participaram de uma audiência pública sobre o processo de licenciamento da Minas-Rio, organizada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Os participantes pediram a suspensão do projeto e apresentaram às autoridades um abaixo-assinado com 3.000 assinaturas. O secretário do meio ambiente do município referiu-se a “seis anos de queixas relacionadas a direitos humanos e ambientais” e disse que o governo do estado de Minas Gerais “reconhece que não tem estrutura para inspecionar ou realizar um projeto de mineração desse tamanho”<sup>106</sup>. A reunião discutiu os impactos

do projeto sobre os recursos hídricos, o reassentamento das famílias, as irregularidades na construção de habitações para os mineradores e as consequências sociais de 8.000 trabalhadores adicionais no mercado de trabalho local.

O grau de oposição local ao projeto da Minas-Rio, inclusive de funcionários municipais e representantes de movimentos sociais, põe em questão a eficácia atual dos canais disponibilizados no Brasil para que o público exerça seu direito de participar da tomada de decisões que afetam o desenvolvimento econômico, a subsistência, o meio ambiente e direitos como o acesso à água<sup>107</sup>. O princípio do consentimento livre, prévio e informado (Free, Prior and Informed Consent, FPIC) inclui acordos e proteções internacionais para melhorar a equidade social na gestão de recursos, exigindo o consentimento dos povos indígenas e/ou das comunidades locais antes de ações que os afetam, incluindo a extração mineral. Embora o direito internacional exija que os estados garantam o FPIC, no sentido mais estrito, somente onde os povos indígenas são afetados<sup>108</sup>, os responsáveis por projetos de desenvolvimento o reconhecem cada vez mais como uma boa prática geral a ser empregada com as comunidades locais. O envolvimento das comunidades locais na tomada de decisões de desenvolvimento “aumenta seu senso de propriedade e engajamento e... ajuda a garantir o seu direito ao desenvolvimento como princípio básico dos direitos humanos.”<sup>109</sup> O

105 Email da Anglo American para PWYP UK e IBASE, Mar. 2020.

106 “Conceição do Mato Dentro, “Moradores reivindicam fim do projeto Minas-Rio”, Maio, 2013,

107 Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, art. 21(1): “Todos têm o direito de participar do governo de seu país, de forma direta ou através de representantes livremente escolhidos Declaração do Rio 1992, princípio 10: “As questões ambientais são melhor tratadas com participação de todos os cidadãos interessados, no nível relevante... Cada indivíduo terá... a oportunidade de participar de processos de tomada de decisão.” Comitê das Nações Unidas sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais 2003, Comentário Geral Nº 15 sobre o Direito à Água, parágrafo 56: “Antes que qualquer ação que interfira no direito à água de um indivíduo seja realizada pelo Estado, ou por qualquer outro terceiro, as autoridades competentes devem assegurar ... oportunidade de consulta genuína com os afetados.”

108 Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007, artigos 10, 11, 19, 28, 29, 32(2) (“particularmente em conexão com o desenvolvimento, utilização ou exploração de recursos minerais, hídricos ou outros”).

109 [Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Consentimento Livre e Esclarecido: Um direito dos povos indígenas e uma boa prática para as comunidades locais, p. 5.](#)

Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM), do qual a Anglo American é membro, afirma: "O que constitui uma boa prática em relação aos povos indígenas também o é para os povos não indígenas. Independentemente de onde operam, as empresas responsáveis têm como objetivo evitar impactos negativos nas comunidades e buscar deixar um legado positivo, particularmente em relação ao desenvolvimento social e econômico local."<sup>110</sup>

Após o início da produção da Minas-Rio, um morador da comunidade Água Quente comentou publicamente em outra reunião local, em 2016: "Nunca mais haverá água para uso regular. Não queremos mais a água do rio porque ela está contaminada pelos minerais. A água tem um cheiro ruim. Como podemos usar essa água? Não temos mais fontes de água em nossa comunidade. Antes da empresa, nós tínhamos. Nossas fontes secaram".<sup>111</sup>



*O leito do rio Água Quente tem, agora, áreas praticamente secas.  
Foto de Alexandre Guzanshe/IBASE.*

110 Visite [Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente](#)

Como notamos anteriormente, a escassez de água tem implicações na produção de alimentos, nos meios de subsistência e na vida comunitária. Um consórcio de pesquisa coordenado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais analisou os impactos da mineração sobre as comunidades em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas após o início da produção da mineradora. Apesar de muita discussão sobre as medidas atenuantes durante o período de licenciamento, o grupo de estudo descobriu que o acesso da população afetada à água limpa piorou significativamente. As populações locais não conseguem manter seus cultivos tradicionais de vegetais, têm mais dificuldade na criação de gado doméstico, assim como problemas na obtenção de alimentos para bovinos (especialmente na estação seca). Há ainda relatos de problemas de acesso à água para beber, cozinhar e realizar atividades domésticas, impossibilidade de realizar a pesca, e até mesmo de praticar atividades de lazer e sociais importantes. Ressalta-se, ainda, que os(as) moradores(as) locais pagam contas de eletricidade mais elevadas devido à necessidade de bombear água<sup>112</sup>.

A questão da “reparação dos direitos” foi levantada no contexto da mineração no Brasil, por exemplo, pela professora Tatiana Ribeiro de Souza, da Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais. Ela fala sobre a carga da extração mineral em pessoas de baixa renda que dependem da pesca e da agricultura e que podem, como resultado da mineração, perder seus meios de subsistência, suas terras e até suas vidas.<sup>113</sup> Ribeiro de Souza pediu reparação material e simbólica para tais danos em uma

escala que satisfaça o senso de justiça dos reclamantes.

De acordo com relatos feitos pela imprensa da mídia e pelas ONGs<sup>114</sup>, em 2018 vários(as) moradores(as) de pequenas localidades em Conceição do Mato Dentro foram ameaçados por cartas e mensagens telefônicas, alegadamente enviadas por pessoas que diziam agir em nome da Anglo American. Seis desses(as) moradores(as) entraram em um programa de proteção dos defensores dos direitos humanos, executado por agências estaduais e federais. Todos(as) faziam parte de movimentos sociais que se opunham à mina Minas-Rio e denunciaram seus impactos negativos. A Anglo American sempre negou qualquer irregularidade e, em agosto de 2018, iniciou um processo judicial contra esses(as) moradores(as) por difamação. Este estudo conseguiu descobrir o resultado desta ação.

Os críticos da Minas-Rio argumentaram que o estudo de impacto ambiental de 2015 da Anglo American considera que os impactos sobre os recursos hídricos são apenas de média magnitude e relevância, desconsiderando a experiência da população local e as evidências de estudos e relatórios do meio acadêmico, de movimentos sociais e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais<sup>115</sup>. Além disso, os danos e as ameaças aos direitos de humanos são frequentemente interconectados. Embora tenhamos focado neste relatório principalmente nos direitos à água, à alimentação, à saúde e aos meios de subsistência, as preocupações associadas à Minas-Rio dizem respeito ao direito a negociações justas, à liberdade de movimento, à preservação da vida cultural e

112 A.F. Moreira Santos, B. Milanez e outros, Estudo preliminar.

113 Prof. Tatiana Ribeiro de Souza em “A Mineração que Queremos: Encontro Regional para um Novo Modelo de Mineração – Dia Universitário de Debates sobre Mineração”, Minas Gerais, Frente Mineira de Luta das Atingidas e dos Atingidos pela Mineração, transmissão ao vivo no Facebook, Nov. 2020.

114 The Intercept, “Agressões, vigilância, desemprego, perseguição e isolamento: como vivem os moradores que enfrentam gigante da mineração”, Mar. 2018; Mongabay, Mar. 2018; LMN, Maio 2018

115 A.F. Moreira Santos, B. Milanez e outros, Estudo preliminar.

comunitária, ao acesso à justiça e à reparação, e aos direitos dos grupos vulneráveis (idosos, mulheres, jovens e pessoas com deficiência) à proteção especial. Como já ressaltamos, no contexto da Minas-Rio, as comunidades rurais são desproporcionalmente afetadas, e muitas delas têm uma presença significativa de pessoas negras, com histórias ancestrais de resistência à escravidão. As violações de direitos que as afetam podem, por isso, ser caracterizadas como uma forma de racismo institucional.

## Avaliação do local da mina pela Responsible Mining Foundation (RMF)

A avaliação da RMF sobre a Minas-Rio ocorreu em julho de 2020, utilizando a nova versão da ferramenta Mine Site Assessment<sup>116</sup>. Tratou-

se de uma pesquisa documental com base em evidências sobre questões ambientais, sociais e de governança usando documentação da empresa, disponível de modo público e on-line. Aplicando um conjunto padrão de 60 questões específicas do local, a RMF avaliou qualitativamente e quantitativamente a Minas-Rio em relação a 15 indicadores ambientais, sociais e de governança usando dados divulgados pela Anglo American e sua subsidiária brasileira relacionada à Minas-Rio. Isso produziu a seguinte visão geral, pontuada com base no sistema “Não” (sem evidência) = 0 ponto, “Em andamento” = 0,5 ponto e “Sim” (realizado) = 1 ponto. As pontuações da RMF são “apenas para fins informativos, uma vez que a pontuação não é a essência” da ferramenta; “uma resposta ‘Não’ não implica necessariamente uma falta de ação” por parte da empresa, “mas demonstra a falta de provas de apoio publicamente disponíveis”<sup>117</sup>.

---

116 RME

---

117 Mensagem da RMF para a PWYP UK e o IBASE, Jul. 2020.

**PONTUAÇÃO TOTAL ALCANÇÁVEL = 60 PONTOS OU 100%:**

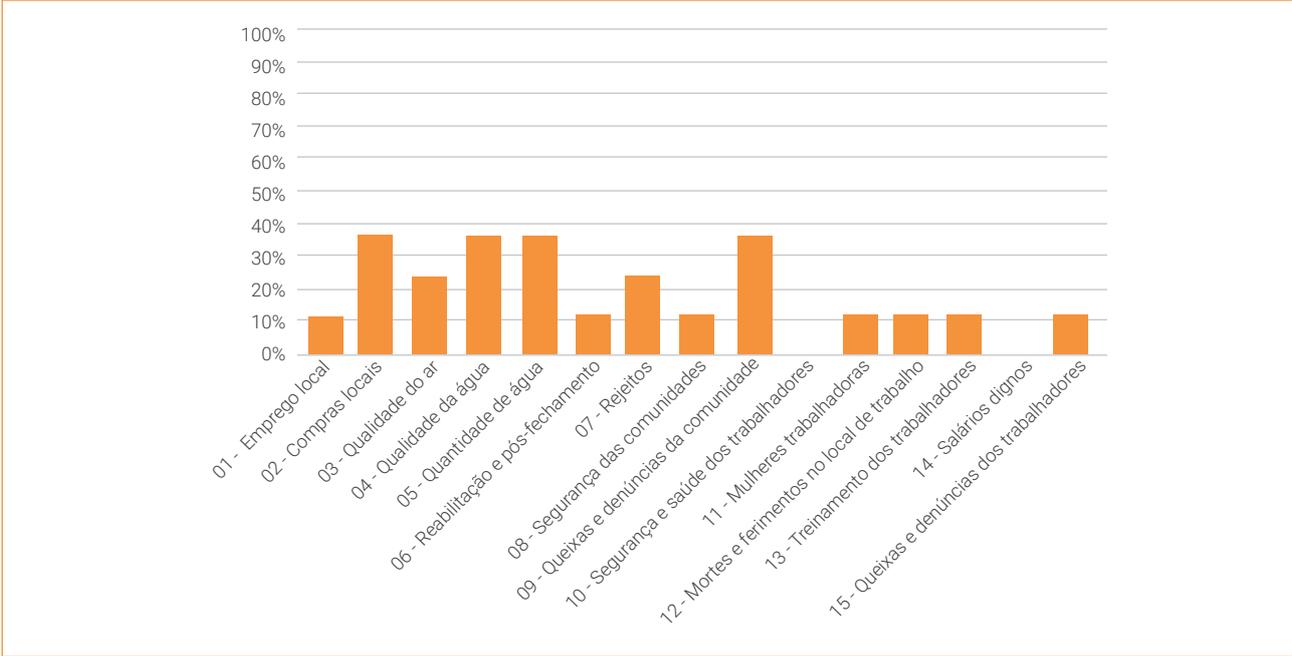
Indicador	Pontuação
01 Emprego local	13%
02 Compras locais	38%
03 Qualidade do ar	25%
04 Qualidade da água	38%
05 Quantidade de água	38%
06 Reabilitação e pós-fechamento	13%
07 Rejeitos	25%
08 Segurança das comunidades	13%
09 Queixas e denúncias da comunidade	38%
10 Segurança e saúde dos trabalhadores	0%
11 Mulheres trabalhadoras	13%
12 Mortes e ferimentos no local de trabalho	13%
13 Treinamento dos trabalhadores	13%
14 Salários dignos	0%
15 Queixas e denúncias dos trabalhadores	13%
<b>Pontuação da mina (média em relação às 60 perguntas)</b>	<b>19%</b>

A avaliação detalhada e a pontuação da RMF sobre a Minas-Rio, incluindo documentação de evidências e fontes, estão disponíveis em neste link.

Além da avaliação, a RMF comenta<sup>118</sup>:

- “A subsidiária [Anglo American Ore de Ferro Brasil] parou de publicar seu próprio Relatório de Sustentabilidade após o Relatório à Sociedade de 2017. A maioria dos dados e informações de sustentabilidade está agora disponível apenas no Relatório de Sustentabilidade Anual Global (somente em inglês), o que significa menos informações discriminadas ou localmente relevantes. A maioria das evidências discriminadas encontradas no domínio público está, portanto, desatualizada.”
- “As relações com a comunidade parecem incluir discussões e reflexões colaborativas sobre questões que importam para as comunidades afetadas. Mas nenhuma evidência foi encontrada sobre o tipo de questões abordadas e sobre a real inclusão e colaboração entre a empresa e as comunidades.”

**Minas-Rio, Julho de 2020**



118 Mensagem da RMF para a PWYP UK e o IBASE, Jul. 2020.

- ✦ “A filial costumava publicar folhetos informativos comunitários trimestrais chamados ‘Diálogo’, mas a última publicação disponível no site é de junho de 2016.”
- ✦ “No volume IV/V do projeto de extensão Avaliação do Impacto Ambiental para a Etapa 3, de 2015, está disponível um mapa completo da área com as comunidades consideradas ‘focais’ (potencialmente afetadas)... Seria interessante ver... se... o envolvimento com a empresa poderia levar a melhores ações e melhor transparência sobre esses tópicos, que abrangem alguns dos fundamentos básicos da mineração responsável.”

Sobre a avaliação acima, a Anglo American comenta:

“Atualmente, não publicamos dados locais sobre a mina que possam ser comparados a muitos dos indicadores da RMF. Esta ausência de dados levou a baixas classificações na avaliação da RMF para locais de mineração, mas a empresa como um todo, onde os dados estão disponíveis, teve uma avaliação melhor. Estamos considerando como disponibilizar

dados mais granulares para facilitar futuras avaliações.”<sup>119</sup> E está correto que a avaliação anual de 2020 da RMF, baseada em evidências, sobre as políticas e práticas das grandes empresas mineradoras em relação a 59 métricas relacionadas a direitos humanos, considere que a Anglo American “mostra os resultados mais fortes em todas as seis áreas temáticas” dentre as 38 empresas pesquisadas<sup>120</sup>. No entanto, a RMF qualifica essa constatação: para o setor de mineração em geral, “os resultados absolutos” – ou seja, pontuações em relação aos indicadores da pesquisa – “permanecem baixos”, com a Anglo American atingindo uma pontuação geral de apenas 55%, sendo uma das duas únicas empresas a atingir 50%. De acordo com a RMF: “Os resultados da Anglo American continuam a ser retidos pela falta de evidências sobre uma série de questões, em particular, questões de divulgação pública (como títulos legais ou dados de qualidade da água), e pela revisão e acompanhamento do seu desempenho, por exemplo, sobre como ela gerencia questões de direitos humanos... [e] como suas diretrizes corporativas sobre questões como... a due diligence em direitos humanos estão sendo implementadas na prática.”<sup>121</sup>

119 [Comentários sobre relatório preliminar](#)

120 [RMF](#)

121 [RMF](#)

# CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

## Conclusões

Esta parceria na forma de pesquisa-ação foi desenvolvida para buscar e, sempre que possível, alcançar maior responsabilidade governamental e empresarial pelos impactos do projeto de mineração de ferro da Minas-Rio, de propriedade da Anglo American, sobre cidadãos(ãs) e comunidades do município de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais. Escolhemos a Minas-Rio devido a alguns fatores: a disponibilidade de dados úteis de pagamentos subnacionais para o governo divulgados pela Anglo American de acordo com as leis de transparência do Reino Unido e, em geral, correspondentes aos dados do governo brasileiro sobre as receitas de royalties de mineração da CFEM; por causa da sua acessibilidade, permitindo as consultas de campo do IBASE; porque a sede da Anglo American fica no Reino Unido e ela está listada na Bolsa de Valores de Londres, o que facilita o diálogo; e por causa das preocupações da sociedade civil brasileira sobre a mina.

Ao longo de alguns meses, procuramos “acompanhar o dinheiro” em Conceição do Mato Dentro, avaliando o valor e a alocação dos pagamentos de royalties da empresa, além de investigar outros resultados públicos da extração. Realizamos pesquisa documental e de campo, análise de dados e questões. Fizemos consultas e conversas com funcionários(as) municipais, com a Anglo

American, com a sociedade civil local e com os(as) moradores(as) afetados(as). Recebemos também pareceres sobre a mina emitidos pela Rede de Mineração de Londres e pela Responsible Mining Foundation.

Nosso estudo fomentou o diálogo e obteve percepções sobre questões relacionadas à transparência fiscal, benefícios econômicos, impactos sociais e de direitos humanos, efeitos ambientais, experiências comunitárias, responsabilidade e governança em conexão com a Minas-Rio, sua barragem de rejeitos e (em uma extensão mais limitada) seu mineroduto. Apesar da sua dimensão e da relevância da sua localização, o Minas Rio é apenas mais um dos vários projetos extrativos do Brasil. Contudo, consideramos que o nosso relatório ajuda a chamar a atenção sobre questões importantes sobre o setor extrativo do país, em especial em relação à exploração de minérios. Esperamos que ele ajude a sociedade civil brasileira e outros atores a definir prioridades para futuras ações de defesa e alcançar as reformas necessárias.

## Principais descobertas

- ▶ A transparência quanto ao fluxo fiscal do setor extrativo do Brasil é extremamente limitada, embora a publicação on-line de receitas proveniente de royalties de mineração seja útil e comprove que o governo poderia melhorar.

- ✦ Os royalties para mineração são uma fonte importante de renda municipal, mas as entidades governamentais ignoram a exigência legal de divulgação da sua alocação.
- ✦ A taxa percentual legalmente exigida para pagamento de royalties de mineração pela Agência Nacional de Mineração aos municípios produtores é constantemente disputada e alterada, mas há evidências de que o município de Conceição do Mato Dentro recebe uma proporção menor do que o exigido legalmente.
- ✦ O preço que Conceição do Mato Dentro paga, tanto no âmbito social como no econômico, pela presença da mina do projeto Minas Rio talvez não compense os benefícios, e a divisão dos ganhos e prejuízos parece favorecer mais as comunidades urbanas do que as rurais e afetar de forma desproporcional famílias de baixa renda e pessoas negras, com impactos especialmente negativos sobre os recursos hídricos locais e o cultivo de alimentos.
- ✦ Os governos locais no Brasil, inclusive do Estado de Minas Gerais e do município de Conceição do Mato Dentro, estão mal equipados para regular e administrar mineração em grande escala, com funcionários públicos estaduais e municipais que parecem discordar dos benefícios e custos.
- ✦ O presente estudo indica que o envolvimento da Anglo American com a sociedade civil local e as comunidades precisa melhorar, embora a empresa tenha fornecido alguns detalhes sobre seus esforços para se engajar.
- ✦ As avaliações de impacto ambiental da Anglo American, os esforços de diversificação econômica, o diálogo comunitário e os planos de reassentamento parecem inadequados da perspectiva das comunidades afetadas, que enfrentam problemas com fornecimento de água, poluição do ar,

deterioração dos meios de subsistência, perda econômica e saúde física e psicossocial.

- ✦ O rompimento de barragens de rejeitos é um grande medo entre as pessoas que vivem a jusante da Minas-Rio, especialmente considerando o histórico brasileiro com esse tipo de acidente e, mais do que nunca, a expansão planejada da capacidade de resíduos minerais da mina de 40 milhões para 370 milhões de metros cúbicos.
- ✦ Os críticos do projeto suspeitam que a empresa queira tornar o caro projeto Minas-Rio mais viável financeiramente, uma visão que a empresa refuta<sup>122</sup>.

## Recomendações

### Ao Governo Federal brasileiro

1. Participar e implementar a Iniciativa para a Transparência da Indústria Extrativa (EITI) com um grupo de várias partes interessadas, formado por representantes de governos, indústrias e sociedade civil, para melhorar a governança dos recursos naturais e a prestação de contas aos(às) cidadãos(ãs), desenvolver confiança e reputação e reduzir a corrupção e a má gestão..
2. Tornar os dados do setor extrativo acessíveis aos(às) cidadãos(ãs), incluindo a divulgação de impostos pagos ao nível de empresa e o texto integral de todos os contratos, licenças, concessões e outros acordos legais do setor extrativo que regem a exploração de petróleo, gás e minerais.
3. Chegar a um acordo justo e duradouro com os municípios sobre taxas sustentáveis de royalties de mineração; assegurar que Conceição do Mato Dentro e outros municípios mineiros recebam sua porcentagem legalmente exigida; publicar taxas de porcentagem atuais de pagamento de royalties de mineração aos municípios em tempo real; e fazer

- pagamentos retroativos aos municípios no caso de valores incorretos pagos anteriormente.
4. Estabelecer e aplicar mecanismos nos níveis federal, estadual e municipal para atender plenamente ao requisito de transparência pública da lei nº 13.540 sobre o uso de receitas da CFEM.
  5. Divulgar publicamente o texto integral de todos os contratos extrativos, licenças, concessões e outros acordos legais que regem a exploração de petróleo, gás e minerais.
  6. Garantir que os estados e municípios afetados pela mineração disponham de recursos suficientes para prestar serviços públicos adequados e assegurar diversificação econômica com total responsabilidade pública; reforçar a capacidade técnica dos estados e municípios para gerir os fluxos financeiros, o desenvolvimento de infraestruturas, e os impactos e as necessidades sociais e ambientais, assegurando que as empresas extrativas assumam a principal responsabilidade pela gestão dos impactos.
  7. Implementar regulamentos, o mais rapidamente possível, para reembolsar os estados e municípios pelos lucros fiscais perdidos nos termos da Lei Kandir, com disposições explícitas para usar uma parcela de pagamentos da compensação para reparar os impactos da mineração nas comunidades afetadas e no ambiente natural.
  8. Proteger os direitos dos(as) cidadãos(ãs) às liberdades fundamentais de expressão e reunião, incluindo aqueles(as) que se opõem a projetos de mineração.
  9. Exigir que as empresas que propõem novos projetos de mineração realizem avaliações de impacto dos direitos humanos, incluindo todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos como ponto de referência;<sup>123</sup> exigir que os operadores dos atuais projetos de mineração realizem e publiquem relatórios de impacto dos direitos humanos com uma nova avaliação a cada três anos; garantir que as empresas publiquem e implementem planos de gerenciamento de direitos humanos para resolver problemas identificados.
  10. Comissionar e publicar análise independente e modelagem financeira para esclarecer os custos (incluindo perda de meios de subsistência e danos ao meio ambiente e ao bem-estar humano) e benefícios para Conceição do Mato Dentro e outros municípios selecionados que possuam operações de mineração.
  11. Revisar os mecanismos existentes de denúncia com base no estado e relacionados à mineração, em níveis federal e local, compará-los com<sup>124</sup> os critérios dos Princípios Orientadores da ONU e garantir sua adequação e disponibilidade para indivíduos e comunidades afetados. .
  12. Envolver-se de forma construtiva nas negociações das Nações Unidas para um tratado internacional vinculativo amplo e forte sobre as empresas e os direitos humanos.
- Ao governo do Estado de Minas Gerais**
1. Estabelecer um mecanismo para atender plenamente ao requisito de transparência pública da lei nº 13.540 sobre o uso de receitas de royalties da CFEM.
  2. Desenvolver capacidade institucional para regular e monitorar as operações de mineração e apoiar os municípios na gestão dos impactos relacionados à mineração.

<sup>123</sup> [Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos](#) (OHCHR), 2011.

<sup>124</sup> OHCHR, 2011.

3. Garantir que pelo menos 20% dos royalties de mineração da CFEM recebidos pelo estado sejam usados para a diversificação econômica local, conforme recomendado pela lei nº 13.540 de 2017, como apoio à agricultura familiar, à agroecologia, ao ecoturismo, às pequenas empresas e à economia solidária.
4. Assegurar que os municípios afetados pela exploração de minérios disponham de recursos suficientes para prestar serviços públicos adequados à sua população.
5. Garantir que pelo menos 20% dos royalties de mineração da CFEM recebidos pelo município sejam usados para a diversificação econômica local, conforme recomendado pela lei nº 13.540 de 2017, como apoio à agricultura familiar, à agroecologia, ao ecoturismo, às pequenas empresas e à economia solidária.
6. Solicitar mais apoio federal e estadual para garantir que, como município afetado pela mineração, Conceição do Mato Dentro tenha recursos suficientes para fornecer serviços públicos adequados.

### **Ao município de Conceição do Mato Dentro**

1. Publicar, ao menos uma vez por ano, um relatório aos(às) cidadãos(ãs) sobre o uso de receitas de royalties de mineração para atender plenamente ao requisito de transparência pública da lei nº 13.540.
2. Orientar um grupo municipal de várias partes interessadas para abordar governança em mineração, gestão fiscal, e questões ambientais, sociais e de direitos humanos, com base nas Filipinas, no Peru e em outros modelos de EITI subnacionais,<sup>125</sup> a fim de incluir a tomada de decisão conjunta sobre a alocação de receitas de royalties de CFEM e o monitoramento de gastos.
3. Exigir recursos suficientes do governo federal com o objetivo de fornecer serviços públicos adequados para diversificação econômica com total responsabilidade pública e ampliação da capacidade técnica para gestão de fluxos financeiros, desenvolvimento de infraestrutura, e impactos e necessidades sociais e ambientais, insistindo que as empresas extrativas tenham a responsabilidade principal no gerenciamento de impactos.
4. Implementar medidas indenizatórias eficazes para as comunidades rurais, de baixa renda e de população negra afetadas pela mineração, além dos

### **À Anglo American**

1. Realizar uma avaliação abrangente do impacto nos direitos humanos, incluindo todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos como ponto de referência, da Minas-Rio e de seus resíduos e mineroduto; publicar (inclusive em português) e implementar um plano de gestão dos direitos humanos para abordar as questões identificadas; repetir o exercício a cada três anos.
2. Procurar o consentimento livre, prévio e informado (Free, Prior and Informed Consent, FPIC) das comunidades afetadas, sejam elas indígenas ou não, em cada estágio das operações de mineração, inclusive antes da decisão inicial de realizar a extração em qualquer local e antes da expansão de uma mina ou barragem de rejeitos.
3. Implementar medidas indenizatórias abrangentes para comunidades rurais, de baixa renda e de população negra afetadas pela mineração.
4. Incentivar o governo brasileiro a participar e implementar a Iniciativa para a Transparência da Indústrias Extrativas (EITI), para ampliar o diálogo com a sociedade civil e melhorar a governança em todo o setor.

<sup>125</sup> [NRGI, Fev. 2016](#); World Bank, "[Peru Subnational Implementation of EITI](#)"; EITI, "[Implementing EITI at the Subnational Level](#)", 2011.

5. Analisar a iniciativa de diversificação econômica local do Programa Crescer à luz das conclusões do presente relatório e garantir que seus benefícios sejam ampliados significativamente.
6. Responder construtivamente às exigências das comunidades a jusante em relação ao reassentamento fora de áreas de perigo devido ao risco de ruptura das barragens de rejeitos.
7. Rever a gestão de rejeitos e as comunicações da Minas-Rio com as comunidades em risco à luz das conclusões do presente relatório e assegurar que todas as medidas possíveis sejam tomadas para atender e, quando possível, exceder o Padrão Global da Indústria para a Gestão de Rejeitos de 2020 e os padrões mais elevados das Diretrizes para Gestão Responsável de Rejeitos de Minas da sociedade civil de 2020.
8. Implementar ações para remediar o baixo desempenho da Minas-Rio em relação aos resultados fornecidos pela ferramenta Mine Site Assessment, da [Responsible Mining Foundation](#).
9. Corrigir quaisquer lacunas de implementação dos mecanismos de denúncia no nível operacional da empresa, para garantir que as condições para indivíduos e comunidades afetados atendam plenamente na prática os critérios dos Princípios Orientadores da ONU<sup>126</sup>.
10. Adotar uma política de divulgação de contratos de mineração semelhante ao da empresa do setor petrolífero Total (considerada internacionalmente como um exemplo de melhores práticas)<sup>127</sup>, buscando um acordo com o Brasil e outros governos para divulgar proativamente os contratos no site da empresa.
11. Publicar e consultar os municípios e comunidades afetados sobre um plano de fechamento da Minas-Rio, a reabilitação do ambiente danificado e a indenização total das pessoas afetadas pelos danos causados durante a vida do projeto.
12. Amplificar e acelerar o investimento da empresa em alternativas técnicas e sociais para reduzir o modelo linear de extração, produção e descarte de minerais sólidos e o modelo de ciclo fechado para recursos minerais, que levam a desperdícios, aumentando a reutilização, o reaproveitamento e a reciclagem.<sup>128</sup>

### **À sociedade civil do município de Conceição do Mato Dentro, de Minas Gerais e de todo o Brasil**

1. Defender as recomendações acima mencionadas, incluindo:
  - Adesão e implementação da Iniciativa para a Transparência da Indústrias Extrativas (EITI) pelo Brasil.
  - Divulgação pública de impostos, contratos e licenças extrativos do Brasil.
  - Transparência no uso de receitas de royalties de mineração.
  - Renda suficiente para os municípios mineradores fornecerem serviços públicos adequados e pelo menos 20% dos royalties de mineração usados para a diversificação econômica local.
  - Avaliações públicas do impacto sobre os direitos humanos de projetos de mineração atuais e propostos.
  - Mecanismos de denúncia de empresa operacional com base no estado e relacionados à mineração que atendam aos critérios dos Princípios Orientadores da ONU.

<sup>126</sup> OHCHR, 2011. A Anglo American declara que seu mecanismo de reclamações e reclamações denominado “Fale Conosco” “reflete” os Princípios Orientadores da ONU: [veja os comentários sobre o relatório preliminar](#).

<sup>127</sup> Total “defende a transparência pública pelos países seus contratos e licenças para exploração de petróleo”.

<sup>128</sup> Brunel University London, [“Centre for Circular Metals launches at Brunel”](#), Nov. 2020.

- Busca pela Anglo American de um acordo satisfatório com as comunidades afetadas sobre os planos de reassentamento, de uma avaliação das instalações de rejeitos da Minas-Rio de acordo com o novo Padrão Global da Indústria e com as Diretrizes para Gestão Responsável de Rejeitos de Minas da sociedade civil, e de uma solução para o problema das áreas de risco para as pessoas afetadas e o fraco desempenho da Minas-Rio na avaliação da ferramenta Mine Site Assessment da Responsible Mining Foundation.
  - Uso da EITI como mecanismo para exigir maior responsabilidade governamental e empresarial pela mineração no Brasil, em nível federal e estadual e municipal.
2. Conscientizar a população sobre a EITI e seu uso como mecanismo para exigir maior responsabilidade do governo e da empresa na mineração no Brasil.
  3. Documentar impactos econômicos, sociais, ambientais e nos direitos humanos, diretos e indiretos, da Minas-Rio e de outros projetos de mineração, com foco em impactos diferenciais em mulheres/meninas, homens/meninos, jovens e negros(as), e comunicar as descobertas aos(às) gerentes da Minas-Rio para melhorar o debate com a empresa.
  4. Investigar as evidências e os argumentos que a carta de janeiro de 2021 da Anglo

- American ao IBASE e à PWYP UK oferece sobre a Minas-Rio e seus impactos<sup>129</sup>, comparar essas evidências com nossas descobertas e reportar os resultados.
5. Solicitar que a Anglo American publique atualizações frequentes em língua portuguesa sobre desenvolvimentos econômicos, sociais, ambientais e de direitos humanos relacionados à Minas-Rio e realize regularmente reuniões de consulta entre empresas e comunidades afetadas e a sociedade civil local.
  6. Apoiar o direito das comunidades atualmente e potencialmente afetadas de dizer não à mineração.<sup>130</sup>

#### **Às instituições financeiras e multilaterais internacionais e doadores institucionais**

1. Usar a influência para incentivar o governo federal brasileiro a implementar a Iniciativa para a Transparência da Indústrias Extrativas em nível federal e potencialmente local em Minas Gerais.
2. Procurar e financiar mais iniciativas de transparência, participação e responsabilização da sociedade civil destinadas a assegurar resultados mais equitativos e sustentáveis nos países e localidades subnacionais produtores obtidos na extração de recursos naturais não renováveis.
3. Aumentar o apoio à capacitação de organizações da sociedade civil que trabalham na prestação de contas do setor extrativo.

<sup>129</sup> Comentários da Anglo American sobre o [relatório preliminar](#).

<sup>130</sup> [Fundação Gaia](#).

# POSFÁCIO

## **Nova lei de licenciamento ambiental do Brasil**

Este estudo de caso é resultado do trabalho conjunto de muitos meses do IBASE e da PWYP UK. Quando finalizamos o texto para tradução em maio de 2021, a Câmara dos Deputados do Brasil aprovou uma nova lei de licenciamento ambiental.<sup>131</sup> A nova lei facilita as regras de licenciamento ambiental do país ao abrigo de um “sistema de autodeclaração”, que permite às empresas licenciar os seus próprios projetos e, em alguns casos, renunciar totalmente ao licenciamento. A lei abrange extração de minérios, petróleo e gás, várias fábricas de processamento industrial, gerenciamento e descarte de resíduos sólidos, agroindústria e criação de gado. Antigos ministros criticaram a lei, pois ela acaba com uma das principais medidas do Brasil para proteção da biodiversidade e mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Além disso, ela remove o poder das comunidades indígenas de vetar projetos que as afetam.

Uma pesquisa do IBASE de 2018 descobriu que, na indústria da mineração, do petróleo e outras, o licenciamento ambiental foi a única forma de as comunidades indígenas e tradicionais do Brasil reivindicarem e usarem o consentimento livre, prévio e informado (FPIC), de acordo com a Convenção nº 169 da OIT (que o Brasil

ratificou) e a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos Indígenas (que o Brasil comprometeu-se a apoiar).<sup>132</sup> A nova lei representa, portanto, um enorme retrocesso para os direitos humanos no Brasil.

## **Dívida ecológica e o direito de dizer não**

Como os principais autores deste estudo de caso, refletimos sobre a nossa colaboração e o recente trabalho comparável envolvendo membros da PWYP, incluindo estudos de caso copublicados da PWYP sobre os setores extrativos no Cazaquistão (2020)<sup>133</sup> e na Nigéria (2021)<sup>134</sup>. Reconhecemos, embora não tenhamos discutido isso nas páginas acima, que os problemas de equidade intergeracional (mencionadas brevemente na página 11 acima), assim como as questões de intercâmbios ecológicos desiguais e transferências de riqueza de regiões mais pobres e dependentes de recursos do Hemisfério Sul para o mais poderoso Hemisfério Norte (incluindo as elites do Sul), são centrais para as indústrias extrativas internacionais. Nessa troca injusta, o Norte acumula, consome e, muitas vezes, destrói riquezas naturais ao extrair do Sul petróleo, gás e minerais sólidos não renováveis, ao mesmo tempo que paga níveis inadequados de compensação.<sup>135</sup>

131 [Projeto de Lei 3729/2004](#).

132 IBASE, [A participação cidadã na gestão dos recursos naturais não-renováveis \(petróleo, gás e minérios\): o caso brasileiro](#), 2018.

133 <https://www.pwyp.org/pwyp-resources/pwyp-report-kazakhstan-extractives/>

134 <https://www.pwyp.org/pwyp-resources/pwyp-report-nigeria-extractives/>

135 A crise climática também é uma característica dessa troca injusta. Veja P. Bond e R. Basu, [“Troca ecológica desigual ‘em recursos naturais piora ao longo do tempo e do espaço, criando crescentes passivos ambientais do Norte”](#), documento de trabalho, 2021,; e P. Bond e R. Basu, “Equidade intergeracional e a vazante e o fluxo geográficos de recursos: o tempo e o espaço da contabilidade do capital natural” (trad.), cap. 22 in M. Himley, E. Havice e G. Valdivia (editores), *The Routledge Handbook of Critical Resource Geography*, a ser publicado, 2022.

Em um novo artigo, Bond e Basu citam a descoberta do Banco Mundial de 2018, a partir da contabilidade do capital natural, que, em grande parte por causa da subcompensação por recursos naturais não renováveis extraídos e transferidos para outras regiões, “A África subsariana... é... a única região com períodos de níveis negativos [de economias líquidas ajustadas] (média de -3% do RNB na última década), sugerindo que suas políticas de desenvolvimento ainda não estão promovendo suficientemente o crescimento econômico sustentável... A África subsariana foi a única região com declínio na riqueza per capita na análise anterior”.<sup>136</sup> O reconhecimento do Banco Mundial de que as “políticas de desenvolvimento” em partes do Hemisfério Sul ainda não promovem suficientemente o “crescimento econômico sustentável” é outra forma de admitir que alguns países do Sul estão, na realidade, cada vez mais pobres como vítimas da grande injustiça causada pelos padrões atuais de intercâmbio financeiro e ecológico Sul-Norte.

Desde o seu início em 2002, a posição e a defesa da PWYP sobre a governança de recursos naturais se desenvolveram para refletir a evolução dinâmica do setor extrativo e do nosso próprio movimento. Mais recentemente (abril de 2021), o Conselho Global da PWYP adotou novas posições globais sobre a crise climática e a transição energética<sup>137</sup>. Os elementos-chave incluem a responsabilidade dos países do Hemisfério Norte, historicamente grandes consumidores e emissores de carbono, de agir mais rapidamente e financiar

a transição energética global – implicando o reconhecimento e a restituição da dívida ecológica – e os direitos das comunidades e da natureza de serem respeitados e protegidos na extração de transição e outros minerais<sup>138</sup>. Acreditamos que, implícito neste último ponto, está o direito das comunidades em circunstâncias específicas de dizer não à extração.

Não se trata de negar que os trabalhadores, os contratantes, os fornecedores e, em alguns casos, a sociedade em geral possam, por vezes, beneficiar-se de operações multinacionais extrativas do país em que vivem. Mas estes ganhos são muitas vezes insuficientes para compensar a perda permanente de recursos não renováveis, especialmente quando as “externalidades” ambientais e sociais (poluição, degradação ambiental, impactos para a saúde, perda de meios de subsistência, contratação de espaço cívico, etc.) são consideradas. Poucos, ou mesmo nenhum, desses custos e perdas são contabilizados na análise convencional dos custos e benefícios dos projetos extrativos.

O direito dos(as) cidadãos(ãs) e das comunidades de decidir se ou como os recursos não renováveis dos seus países serão extraídos e explorados deve incluir, acreditamos, a liberdade – para citar a Aliança Africana de Gênero e Produtos Extrativos WomIn – para resistir a “megaprojetos extrativos destrutivos específicos com base no direito de dizer NÃO”<sup>139</sup>.

**Athayde Motta, IBASE**

**Miles Litvinoff, PWYP UK**

136 Bond e Basu [“The Changing Wealth of Nations 2018 - Building a Sustainable Future”](#), 2021, p. 2; World Bank, *The Changing Wealth of Nations 2018*, p. 63.

137 E. Peter, [“How our global movement can fight a global crisis”](#), Abr. 2021.

138 [“Positioning Publish What You Pay on the energy transition”](#)

139 [WoMin African Gender and Extractives Alliance, “Consentimento e o direito de dizer não”](#). Veja também a recomendação de nosso relatório acima sobre Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI).

# AGRADECIMENTOS

Este relatório foi pesquisado e escrito por Tadzio Coelho (Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais), Athayde Motta e Nahyda Franca (IBASE), e Miles Litvinoff (PWYP UK). Inclui a contribuição de uma pesquisa da Responsible Mining Foundation.

O IBASE e a PWYP UK gostariam de agradecer à Secretaria Internacional da PWYP pelo financiamento que ajudou a viabilizar este projeto e pelo apoio com a tradução, o design e a publicação do relatório, e também a nossos outros doadores e financiadores, inclusive no caso do IBASE, a Fundação Ford.

Somos gratos a Tadzio Coelho por sua pesquisa e análise; aos funcionários do município de Conceição do Mato Dentro, representantes da sociedade civil brasileira e moradores locais que se encontraram e conversaram conosco; aos representantes da empresa Anglo American que responderam a consultas e comentaram uma versão anterior deste relatório; à Responsible Mining Foundation por sua ferramenta Mine Site Assessment; à London Mining Network pelo compartilhamento de informações; e às seguintes pessoas pelas informações úteis, incluindo comentários sobre a primeira versão do relatório: Maria Júlia de Andrade (Movimento pela Soberania Popular na Mineração), Rahul Basu (Fundação Goa,

Índia), Patrick Bond (University of the Western Cape School of Government, África do Sul), Cesar Gamboa (Derecho, Ambiente y Recursos Naturales, Peru, e membro da sociedade civil do Conselho Internacional da EITI), Bruno Milanez (Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais), Pierre De Pasquale (Responsible Mining Foundation), Elisa Peter (secretaria internacional da PWYP), Jarbas Vieira (Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração), e Richard Solly e Andrew Whitmore (London Mining Network).

**O movimento internacional da sociedade civil Publish What You Pay ([www.pwyp.org](http://www.pwyp.org)), formada por mais de 1.000 membros e 50 coalizões nacionais, faz campanha para que empresas extrativas publiquem seus pagamentos aos governos e para que os governos divulguem suas receitas, com o objetivo de aumentar a responsabilidade em todo o setor. A transparência impede a corrupção e o gerenciamento incorreto do governo e da empresa. Ela auxilia a sociedade civil a examinar transações, avaliar a qualidade da gestão financeira pública, avaliar até que ponto os projetos de extração representam um valor justo e exigir resultados mais equitativos e sustentáveis para os(as) cidadãos(ãs) e as gerações futuras.**



Seguir: [secretariageral@ibase.br](mailto:secretariageral@ibase.br)

<https://ibase.br/>

 [@Ibasenet](https://twitter.com/Ibasenet)

<https://www.facebook.com/ibase.br>

O Ibase agradece o apoio de



**PUBLISH WHAT  
YOU PAY**  
UNITED KINGDOM

Email: [mail@pwypuk.org](mailto:mail@pwypuk.org)

 [@PWYPUK](https://twitter.com/PWYPUK)

[https://www.pwyp.org/pwyp\\_members/united-kingdom/](https://www.pwyp.org/pwyp_members/united-kingdom/)

PWYP UK é uma instituição de caridade registrada número 1191553..



**PUBLISH WHAT  
YOU PAY**

Email: [info@pwyp.org](mailto:info@pwyp.org)

 [@PWYP](https://twitter.com/PWYP)

 [www.facebook.com/PublishWhatYouPay](https://www.facebook.com/PublishWhatYouPay)

[www.pwyp.org](http://www.pwyp.org)

**Publish What You Pay é uma instituição de caridade registrada (instituição de caridade registrada número 1170959)**

**E uma empresa registrada na Inglaterra e no país de Gales (número 9533183).**

 O texto deste relatório de estudo de caso é publicado sob a licença Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0). Os titulares dos direitos solicitam que qualquer uso seja notificado para avaliação.

Front cover photo: Minas-Rio mine tailings, with mine works in the background. Photo by Marcelo Cruz.